

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 19

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira ameaça travar pautas se articulação não mudar 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad confirma debate sobre mudança em metas de inflação 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A MP e o voto de qualidade no Carf - OPINIÃO JURÍDICA 6

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

3 MPs do governo Lula perdem validade nesta sexta ignoradas pelo Congresso; veja quais 8

O GLOBO - ON LINE - RJ
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Após MP dos Ministérios, veja quatro frentes de insatisfação do Congresso que desafiam articulação política do governo 10

O GLOBO - ON LINE - RJ
SEGURIDADE SOCIAL

'E agora, Brasil?': Entenda como vai funcionar o arcabouço fiscal, o novo regime para as contas públicas 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Lula descarta fazer reforma ministerial 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira avisa que irá congelar projetos, e Lula diz rejeitar reforma ministerial 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Senado aprova MP e mantém estrutura do governo com 37 ministérios 17

O GLOBO - ON LINE - RJ
POLÍTICA

Depois da MP, quais os desafios da relação de Lula com o Congresso 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O valor das reformas para o País crescer mais (Artigo) 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA - E AGORA, BRASIL?
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária é próximo passo 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Resultado puxa onda de revisões 23

Sexta-Feira, 2 de Junho de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Crescimento já expressa PIB potencial maior? 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório da tributária terá IVA dual, alíquotas múltiplas e 4 regimes 28

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal trará equilíbrio para as contas públicas 29

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - E AGORA, BRASIL?
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda o que difere as propostas de reforma 32

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mais impostos? Nova regra fiscal prevê aumento de arrecadação em até R\$ 150 bilhões
..... 33

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PIB surpreende e cresce 1,9% puxado pelo campo 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Custo de incentivo a carros não chega a R\$ 2 bi, afirma Haddad 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com alta de 21,6%, agro puxa avanço expressivo do PIB no 1º tri 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Lula celebra PIB e diz que Brasil avançará mais do que o FMI prevê 43

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Ninguém se entende sobre a política industrial (Editorial) 44

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Especialistas já preveem expansão de mais de 2% no ano 45

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - E AGORA, BRASIL?
ECONOMIA

Ministra espera redução da taxa Selic em agosto 47

Lira ameaça travar pautas se articulação não mudar



Aviso. Lira na votação da MP dos Ministérios; presidente da Câmara cobrou mudanças, e governistas já enxergam risco na análise de outras medidas provisórias

LAURIBERTOPOMPEU, GABRIEL SABÓIA, SÉRGIO ROXO, JENIFFER GULARTE E ALICE CRAVO
pditica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Dentro de um cenário classificado por Arthur Lira (PP-AL) como de "insatisfação geral", o presidente da Câmara disse a interlocutores que não pautará projetos de interesse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enquanto o governo não promover mudanças na articulação política. Mesmo após a aprovação da Medida Provisória que definiu a estrutura do Executivo, o Palácio do Planalto ainda busca meios de amainar a crise e, para amenizar o desconforto e ampliar a sua base no Congresso, começou a discutir a possibilidade de mudanças em ministérios.

A operação é delicada, pois mexeria na fatia destinada ao União Brasil na Esplanada. Para reduzir a temperatura do assunto, Lula ontem negou que uma **reforma ministerial** esteja próxima. Nos bastidores, no entanto, Lira subiu o tom das cobranças, o que levou governistas a identificarem risco de não conseguir aprovar a tempo outras duas MPs que estão perto de perder a validade e envolvem temas prioritários. Entre elas, estão a que retomou o programa Mais Médicos e a que instituiu o novo Minha Casa Minha Vida, que expira no dia 15 e é motivo de apreensão, já que não há base constituída para a aprovação. Quanto ao Mais Médicos, o prazo de manobra é maior.

Mesmo em iniciativas em que o Planalto decidiu ceder, como no caso da MP que determina o voto de desempate a favor da Receita nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, a intenção de Lira é não colocar em votação enquanto os entraves na articulação política não sejam

resolvidos.

O recado foi dado após a aprovação da MP dos Ministérios, chancelada pela Casa por ampla margem, mas perto de perder a validade e com o enfraquecimento de alguns ministérios. Lira disse a interlocutores que a medida foi a última iniciativa governista aprovada sem esse acordo.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Outro foco de preocupação do governo é o relatório da **reforma tributária**, que deve ser apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na terça. Neste caso, o temor é menor, porque o tema é de interesse do Legislativo, não só do Executivo.

Aliados de Lula afirmaram ao GLOBO que o presidente deve se encontrar com Lira na segunda-feira para tratar do tema. O relato é de que os governistas nem "sequer dormiram" depois da aprovação da MP dos Ministérios, já que passaram a trabalhar para impedir novas derrotas e contornar o mal-estar.

-O governo, sem maioria, não pode achar que partidos independentes são obrigados a pautar e votar matérias do seu interesse. Espero que o dia de ontem (quarta-feira) sirva de ensinamento - disse Lira ontem à GloboNews.

Outro ponto que incomodou o chefe da Câmara é a liberação de grandes valores de emendas impositivas, em que o valor atribuído a cada deputado é identificado, em dias de votações importantes. Esse tipo de verba não é a principal almejada pelos partidos do Centrão, pois é de direito de todo parlamentar, mas o governo controla o ritmo de liberação. O que líderes partidários têm cobrado é maior participação nas emendas dos ministérios, que fazem parte de um acordo fechado no final do ano passado após o Supremo Tribunal Federal (STF) barrar o orçamento secreto.

A turbulência intensa acelerou o debate no governo sobre mudanças nos ministérios indicados pelo União Brasil. As três pastas da cota do partido foram negociadas com o senador Davi Alcolumbre (AP) no fim do ano passado, e a bancada do partido na Câmara não se sente contemplada.

Juscelino Filho, que é deputado federal pelo Maranhão, ocupa o Ministério das Comunicações, e o ex-governador do Amapá Waldez Goes, que se licenciou do PDT, o da Integração Nacional - ambos foram indicados por Alcolumbre. Daniela Carneiro, por sua vez, está à frente do Turismo, mas sua nomeação é considerada da cota pessoal de Lula pela ajuda que deu ao petista durante a campanha.

Entre os três, Juscelino é considerado o que está mais na mira de uma eventual mudança, embora esteja à frente de um ministério considerado esvaziado. A pasta mais cobiçada é a ocupado por Waldez, por ter maior capilaridade em ações no Norte e no Nordeste. O ex-governador do Amapá, no entanto, é o ministro mais próximo de Alcolumbre e será uma peça na qual o Planalto terá mais dificuldade de mexer em meio à indicação do advogado Cristiano Zanin para o STF. O senador será responsável por pautar a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com aliados do líder do União na Câmara, Elmar Nascimento (BA), Lula reconheceu ao se reunir com o parlamentar que houve equívoco no modo como os ministérios do partido foram montados. A principal crítica da bancada do União é que os ministros não representam os deputados, enquanto no governo a avaliação é que os ministros não possuem articulação suficiente para convencer a maior parte dos parlamentares da legenda a votar a favor dos projetos do Planalto.

"O QUE HÁ DE ERRADO?"

Como mostrou levantamento do O GLOBO, o União Brasil está entregando menos votos ao Planalto na Câmara do que partidos como PP e Republicanos. O índice de adesão de obediência do União Brasil às orientações do governo é de 54%. Em comparação, o PP, partido de Lira, tem índice de 56%, e o Republicanos, 58%. O presidente indicou ontem que um caminho para o governo é atrair mais siglas para a composição do primeiro escalão: - Como o governo quis fazer a sua base parlamentar? Dando ministérios ao MDB, União Brasil e PSD. O que há de errado se essa solução, dada a alguns partidos, seja dada para outros partidos que ele queira para aumentar a base?

Lula, por ora, minimizou a hipótese de trocas e negou que Lira tenha pedido para indicar um ministro.

- Ele (Lira) não poderia pedir, porque o PP é um partido de oposição, e tem gente que vota com a gente. Se ele pedir, a gente vai avaliar, mas até agora nunca ouvi Lira pedir ministro.

PONTOS SENSÍVEIS PARA O PLANALTO

MP do Minha Casa Minha Vida

Norma que recriou o programa vale só até dia 15, e governistas veem risco de não ser votada tempo.

MP do Mais Médicos

A MP foi publicada em março, então tem um prazo maior de vigência, o que dá mais margem para o governo. Mesmo assim, o Planalto vê risco, após o recado sobre a "insatisfação geral".

MP do Carf

Mesmo nesta MP, em que o Planalto decidiu ceder, a intenção de Lira é não colocar em votação enquanto os entraves na articulação política não sejam resolvidos.

Reforma Tributária

Relatório deve ser entregue a na terça. Governo vê como ponto sensível, mas interesse de Lira na pauta deve pesar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad confirma debate sobre mudança em metas de inflação

RENAN MONTEIRO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que eventuais mudanças no regime de metas de **inflação** - adotado pelo Banco Central desde 1999

- foram discutidas com o presidente da autarquia em almoço ontem.

Está marcada para o fim deste mês a próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que decide sobre o tema. Há expectativa de que o país abandone a meta definida para o chamado ano-calendário, ou seja, de janeiro a dezembro, e passe a ter como referência prazos mais longos, em uma espécie de "meta contínua".

- Conversamos sobre a oportunidade de resolver este mês essa questão (eventual mudança no sistema de meta de **inflação**) - disse Haddad, após ser indagado sobre o tema, em conversa com jornalistas na Fazenda.

Na última semana, tanto o ministro da Fazenda quanto o presidente do BC, Roberto Campos Neto, falaram publicamente sobre o eventual fim do ano-calendário como referência. No caso do chefe da autoridade mone-téria, foi afirmado que a meta contínua traz eficiência, embora Campos Neto tenha defendido que não haja modificação neste regime no curto prazo, já que o momento é de incerteza.

A maior preocupação do mercado, no entanto, seria uma elevação da meta. O alvo previsto para 2024 é 3%. Por ora, a ideia parece abandonada pelo ministro da Fazenda.

Na conversa com jornalistas, Haddad também falou da indefinição sobre o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O governo enviou um projeto de lei tratando do voto de desempate em julgamentos do órgão.

O chamado voto de qualidade garante, na prática, a vitória da **Receita Federal** em caso de empates nos julgamentos do **Carf**. Ele foi extinto em 2020 e voltou a vigorar em janeiro, após uma medida provisória do governo federal. O ministro da Fazenda busca agora a aprovação definitiva da regra no Congresso.

- Não vamos julgar os temas sensíveis, antes de o Congresso Nacional dar as últimas palavras sobre isso, e o STF (Supremo Tribunal Federal) também. A lei do Bolsonaro (que extinguiu o voto de qualidade) está sendo observada também pelo Supremo-disse.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

A MP e o voto de qualidade no Carf - OPINIÃO JURÍDICA

Luis Gustavo Meziar e Victor Vieira Abecia Vicuña são advogados da área tributária do escritório VBD Advogados

Uma das novidades fiscais do novo governo federal foi o restabelecimento do "voto de qualidade" pela Medida Provisória (MP) nº 1.160/23. Por essa regra, em caso de empate de julgamento no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, caberá aos presidentes das turmas ou câmaras, representantes do Fisco, proferir o voto de qualidade para desempate do julgado.

Historicamente, essa metodologia, criada pelo parágrafo 9º do artigo 25 do Decreto nº 70.235/72, resultava em julgamentos desfavoráveis aos contribuintes. Em abril de 2020, contudo, foi editada a Lei nº 13.988/20, cujo artigo 28 afasta a aplicação do voto de qualidade em casos de empate e estabelecendo que, nessas situações, o julgamento se resolveria em favor do contribuinte -desempate "pró-contribuinte".

Ocorre que, como dito, a MP nº 1.160 alterou essa regra para se restabelecer a aplicabilidade do voto de qualidade dos presidentes das turmas e câmaras do **Carf**.

A primeira crítica que se faz, embora não seja o objeto deste artigo, é se a matéria seria relevante e urgente (v. ADI 2.213 MC, ministro Celso de Mello, DJ 23-4-2004) a ensejar a edição de medida provisória (artigo 62 da Constituição Federal de 1988 - CF/88).

A segunda, esta sim objeto deste artigo, diz respeito ao cenário de enorme insegurança jurídica gerado pela alteração da regra de desempate de julgamentos no **Carf** via medida provisória, mormente diante das recentes notícias de que o governo federal "desistiu" da convalidação da MP 1.160, alterando sua estratégia para tratar do voto de qualidade no âmbito do Projeto de Lei nº 2.384/2023.

Efetivamente, para os contribuintes que tiveram julgamentos realizados sob a égide da MP nº 1.160, qual a consequência da não conversão específica da medida provisória em lei? Os julgamentos serão anulados? São válidos? Os contribuintes poderão contestar a validade formal do julgamento no Judiciário? A Constituição tratou de solucionar essas

perguntas.

O prazo de vigência de uma MP é de 60 dias prorrogáveis por igual período. Caso, ao final do período mencionado, a MP não seja convertida em lei (parágrafo 3º do artigo 62 da CF/88), como provavelmente ocorrerá, caberá ao Congresso Nacional elaborar decreto legislativo regulamentando "as relações jurídicas delas decorrentes". No caso da MP nº 1.160 não ser convertida em lei, caberia ao Congresso Nacional, portanto, editar decreto legislativo dispondo acerca da validade dos julgamentos resolvidos pelo "voto de qualidade", determinando se tais atos serão válidos ou se serão anulados.

O que acontece, porém, se tal decreto legislativo não for editado? O artigo 62 da Constituição também traz essa resposta em seu parágrafo 11: se não editado o decreto a que se refere o parágrafo 3º no prazo de 60 dias após a rejeição ou perda de eficácia da MP, "as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por elas regidas".

Pode-se dizer, portanto, que a regra geral é que os julgamentos realizados no **Carf** durante a vigência do MP nº 1.160 serão válidos e assim o permanecerão, mesmo que a medida provisória não seja convertida em lei e não haja decreto legislativo. Somente no caso de não conversão em lei ou rejeição da MP com a edição de decreto legislativo prevendo expressamente a ineficácia dos atos realizados durante sua vigência é que, à luz do artigo 62 da Constituição, os julgamentos serão anulados.

Com base nos dispositivos constitucionais acima, é de extrema importância a edição de decreto legislativo para se regular a não conversão em lei da MP nº 1.160, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que medida provisória não revoga lei anterior, mas somente a suspende. Caso a MP não seja convertida em lei, portanto, a lei anterior retoma todos os efeitos (v. ADI 5.709, ADI 5.716, ADI 5.717 e ADI 5.727 de relatoria da ministra Rosa Weber, DJE de 28-6-2019), o que significa a volta do desempate "pró-contribuinte".

Assim, na eventualidade de perda de eficácia da MP nº 1.160 sem a edição do decreto legislativo correlato,

pode-se estar diante de uma situação em que o artigo 28 da Lei nº 13.988/20 não perdeu vigência, porém restou suspenso por um período em razão de uma medida provisória não convertida em lei.

Aqui outra crítica se faz presente, pois eventual intenção de se aumentar arrecadação com a medida terá seu efeito colateral: os contribuintes recorrerão ao Judiciário para não terem seus processos estratégicos julgados no período de vigência da MP nº 1.160, como já o vêm fazendo, ou discutirão judicialmente dívida fiscal decorrente do julgamento decidido por voto de qualidade, aumentando a utilização do Judiciário e, até mesmo, condenações da União em honorários sucumbenciais.

"Legislar" via medida provisória gera grande insegurança jurídica para os contribuintes que tenham seus julgamentos pautados no **Carf** no período de vigência da MP nº 1.160. Tal insegurança tende a ser agravada com o possível período de volta do desempate pró-contribuinte, no ínterim entre a não conversão da MP nº 1.160 e eventual entrada em vigor, após votação, do Projeto de Lei nº 2.384/2023. O governo federal e o Poder Legislativo têm de trabalhar em harmonia, evitando-se tal insegurança jurídica.

Luis Gustavo Meziar e Victor Vieira Abecia Vicuña são advogados da área tributária do escritório VBD Advogados

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187565>

3 MPs do governo Lula perdem validade nesta sexta ignoradas pelo Congresso; veja quais

Por Elisa Clavery, TV Globo - Brasília

Ignoradas pelo Congresso, três das primeiras sete medidas provisórias editadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) perderam a validade nesta sexta-feira (2), em mais um desdobramento da falta de articulação do governo.

As MPs são instrumentos que permitem ao Executivo criar leis de imediato. Os textos, no entanto, precisam ser aprovados, em até 120 dias, pela Câmara e pelo Senado para se tornarem definitivos.

Desde o início dos trabalhos, Câmara e Senado travaram uma disputa sobre o rito de tramitação das MPs, o que atrasou a votação das propostas até o limite.

Para superar o prazo, o governo articulou para incorporar medidas provisórias como emendas em outros textos. A manobra, na prática, conseguiu salvar algumas MPs.

Apesar desse esforço, a base aliada ao governo não conseguiu articular para avançar em três medidas provisórias.

Os textos não chegaram a ser votados na Câmara, no Senado e na comissão mista - a primeira etapa de tramitação das MPs no Congresso.

Veja a seguir o balanço das primeiras medidas provisórias do governo:

?? MP do Coaf

A medida provisória transferia o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Banco Central de volta para o Ministério da Fazenda.

No início do governo Jair Bolsonaro (PL), o Coaf havia sido transferido da Fazenda para o Ministério da Justiça, então comandado pelo ex-juiz Sergio Moro.

Depois, o conselho voltou para a Economia, sob comando do ministro Paulo Guedes e, por fim, chegou à estrutura do Banco Central, onde estava até o início

do governo Lula.

O Coaf é uma unidade de inteligência financeira do governo federal que atua principalmente na prevenção e no combate à lavagem de dinheiro - crime que consiste na prática de disfarçar dinheiro de origem ilícita.

Na prática, com a perda da eficácia da MP, o órgão retorna ao Banco Central.

?? MP do **Carf**

A MP estabelecia o chamado voto de qualidade a favor do Fisco - ou seja, favorecia o governo no caso de empates em julgamentos no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

Essa regra existiu até 2020, quando o então Jair Bolsonaro sancionou a Lei do Contribuinte Legal, que passou a favorecer o contribuinte em caso de empate.

Com o retorno do voto de qualidade, a equipe econômica esperava arrecadar cerca de R\$ 50 bilhões. O tema era essencial para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que busca formas de aumentar a arrecadação para viabilizar as regras previstas no arcabouço fiscal.

No início do mês passado, já com sinais que o Congresso iria deixar a MP caducar, o governo encaminhou um projeto de lei sobre o mesmo tema, com regime de urgência.

A proposta passa a trancar a pauta (impedir outras votações) da Câmara a partir do dia 21 de junho. Ainda não há, contudo, sinalização para análise do projeto.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já indicou que o texto deve ter dificuldades na Câmara.

?? MP da extinção da Funasa

A extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) estava em uma medida provisória que tratava exclusivamente do tema e que foi editada pelo

presidente Lula no início de janeiro.

Sem sinais de que a MP seria votada, o dispositivo foi incorporado pelo relator, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), no parecer sobre a MP que reorganiza os ministérios de Lula.

Durante a votação desta MP na quarta-feira (31), contudo, os deputados aprovaram uma sugestão do PL para retirar o artigo que autorizava a extinção da fundação.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), liberou a bancada na votação e disse que esse seria um gesto do governo em reconhecimento à Câmara.

Por se tratar de um órgão que guarda indicações, o fim da Funasa foi alvo de críticas de parlamentares, inclusive da base governista.

Com a perda da eficácia da MP da extinção da Funasa nesta sexta-feira, o órgão será recriado.

Voltar ao início.

Algumas medidas provisórias que não seriam analisadas a tempo foram adicionadas a outras propostas.

As MPs originais também perdem a validade nesta sexta, mas o conteúdo delas está garantido em outros textos:

?? MP do Auxílio Gás

O pagamento do benefício foi incluído na medida provisória que recria o Bolsa Família. Esta última perderia a validade somente no dia 30 de junho, mas a votação foi adiantada justamente para assegurar a continuidade do auxílio.

Câmara e Senado aprovaram o texto nesta semana, e a MP já foi enviada à sanção do presidente Lula.

Na noite desta quinta (1º), Lula editou um decreto para garantir o pagamento no valor integral de um botijão de gás a cada dois meses até o fim deste ano.

Com efeito imediato, o decreto foi assinado para manter os efeitos do programa enquanto os processos formais da sanção ainda não ocorrerem.

?? MP da desoneração dos combustíveis

O Congresso incluiu trechos da MP, editada pelo presidente Lula, que desonera **tributos** federais que incidem sobre combustíveis em outra, editada pelo

então presidente Bolsonaro, que previa somente a isenção tributária dos setores de eventos e turismo.

A medida provisória de Lula zera PIS/Pasep e Cofins que incidem sobre o diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, derivado de petróleo e de gás natural até o fim de 2023.

?? MP que exclui ICMS do cálculo do Pis e da Cofins

A medida provisória que exclui da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins as receitas referentes ao ICMS também foi incluída na MP do turismo de Bolsonaro, que também recebeu as desonerações de combustíveis.

?? MP da reorganização dos ministérios

A MP da reorganização dos ministérios, básica para o funcionamento do governo, foi aprovada pelo Senado nesta quinta, horas antes de perder a validade.

Diante da insatisfação da Câmara, deputados seguraram a análise do texto até o limite e concluíram a votação na madrugada de quinta.

Se essa MP perdesse a validade, a Esplanada, hoje com 37 pastas, retornaria ao formato de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, com 23 ministérios.

Voltar ao início.

Site: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/02/3-mps-do-governo-lula-perdem-validade-nesta-sexta-ignoradas-pelo-congresso-veja-quais.ghtml>

Após MP dos Ministérios, veja quatro frentes de insatisfação do Congresso que desafiam articulação política do governo

Por O Globo - Rio de Janeiro

O acirramento das discussões para a aprovação da MP dos Ministérios nesta quarta-feira representou mais uma insatisfação com o Congresso Nacional que o Palácio do Planalto acumula nos primeiros seis meses de governo. Depois do aumento da animosidade entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) para a votação da medida, que caducaria nesta sexta-feira se não fosse aprovada, o presidente ainda deve enfrentar outros atritos com os parlamentares.

Lira e outros caciques do Centrão vêm cobrando do governo a liberação de mais emendas impositivas - isto é, quando o valor atribuído a cada deputado é identificado - em dias de votações relevantes para o governo. Nesta terça-feira, quando houve a votação na Câmara de projeto de lei que define um marco temporal para a demarcação de terras indígenas, Lula liberou R\$ 1,7 bilhões aos parlamentares como aceno a parlamentares.

As emendas impositivas são de direito de todo parlamentar, mas o governo que controla o ritmo de liberação. Para lideranças partidárias no Congresso, há interesse em ter maior participação nas emendas dos ministérios - parte do acordo firmado no final do ano passado após o Supremo Tribunal Federal (STF) barrar o orçamento secreto, composto em parte por emendas de relator.

Diante da postura dissonante de parlamentares do União Brasil em votações caras ao Planalto, como a MP dos Ministérios, Lula pensa em reconsiderar a participação do partido na Esplanada dos Ministérios. Hoje, a pasta tem três pastas, chefiadas por indicados do senador Davi Alcolumbre (União-AP), para agradar correligionários petistas. Ele preside a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), responsável por pautar a sabatina de Cristiano Zanin, indicado de Lula a uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

Ao indicar aliados de Alcolumbre, o presidente desagradou a ala do líder do União na Câmara, Elmar Nascimento (BA), aliado de primeira hora de Lira. Depois do acirramento das discussões na Casa,

aliados do parlamentar disseram que Lula reconheceu, ao se encontrar com Elmar, que houve equívoco no modo como os ministérios do partido foram montados.

A principal crítica da bancada do União é que os ministros indicados - Waldez Góes (Desenvolvimento Regional), Daniela Carneiro (Turismo) e Juscelino Filho (Comunicações) - não possuem articulação suficiente para convencer a maior parte dos parlamentares da legenda a favor dos projetos do Planalto.

Os desentendimentos entre o governo federal, o presidente da Câmara, Arthur Lira, e o líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento, também remontam às indicações na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), grande atrativo para o Centrão. O PT tentou estruturar mudanças nas superintendências da empresa, mas foi embarreado por Elmar.

O político do União Brasil chegou a ser cotado para assumir um ministério, mas foi vetado por firmar oposição ao PT na Bahia. A nomeação desagradaria parte de aliados históricos de Lula, como o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Publicamente, os parlamentares vêm tecendo críticas ao governo e a Lula. Em março, Elmar afirmou que o União Brasil não integra a base do governo e pediu que o Planalto convidasse mais o partido para debater políticas públicas.

Já Lira, que vem numa toada de críticas ao presidente, afirmou, horas antes da votação da MP dos Ministérios, que houve falta de consideração e de atendimento do governo, apontando falta de pragmatismo do Planalto nas discussões com o parlamento.

Atravessados os impasses envolvendo a MP dos Ministérios, o governo deve preparar a artilharia para a votação de mais medidas provisórias que dependem da anuência de Lira para não caducarem, isto é, perderem a validade.

Entre elas, estão a medida que retomou o programa Mais Médicos e o que instituiu o novo Minha Casa Minha Vida, que expira no próximo dia 15 de junho e não há base constituída para aprovação. Já no caso do Mais Médicos, não há prazo para a manobra.

Mesmo em iniciativas em que o Palácio do Planalto decidiu ceder, como no caso da MP que determina o voto de desempate a favor da Receita nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, a intenção de Lira é não colocar em votação enquanto os entraves na articulação política não sejam resolvidos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/apos-mp-dos-ministerios-veja-quatro-frentes-de-insatisfacao-do-congresso-que-desafiam-articulacao-politica-do-governo.ghtml>

'E agora, Brasil?': Entenda como vai funcionar o arcabouço fiscal, o novo regime para as contas públicas

Por Manoel Ventura - Brasília

Desenhado pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com a participação de técnicos de outras pastas, como as de Planejamento e Gestão, o novo arcabouço fiscal teve sua proposta original modificada na Câmara dos Deputados, onde foi aprovado na semana passada por 372 votos a favor e 108 contra.

Agora, a proposta será submetida ao Senado e precisará ter o aval de 41 dos 81 senadores. Se for aprovado sem modificações, vai para a sanção presidencial. Se houver mais mudanças, volta para nova votação na Câmara antes de ser confirmado por Lula.

O conjunto de regras vai permitir que o governo tenha recursos para programas sociais e para manter funcionando a máquina pública sem que haja um descontrole de gastos e um excesso de endividamento.

Manter as contas públicas em ordem é fundamental para que se aumente a confiança dos investidores na economia brasileira e, assim, haja espaço para o Banco Central reduzir a taxa de juros do país, permitindo um maior crescimento econômico e a geração de mais empregos. Entenda a seguir os principais pontos do projeto.

O novo arcabouço vai substituir o teto de gastos, criado pelo ex-presidente Michel **Temer** (MDB), que impede o crescimento das despesas federais acima da **inflação**, ou seja, na prática congelando o tamanho da máquina pública e dos investimentos do governo.

Introduzido na Constituição brasileira em 2016, desde então o teto de gastos teve exceções aprovada por sete propostas de emendas constitucionais (PECs) que permitiram aumentos de despesas - o que, na visão de seus críticos, evidencia como o regime era excessivamente rígido.

A PEC da Transição, aprovada no fim do ano passado, previu o fim do teto de gastos e a criação de uma nova regra fiscal que seria instituída como lei, sem

necessidade de previsão constitucional.

A nova âncora fiscal permitirá que os gastos públicos cresçam entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**. O objetivo de estabelecer uma banda para o avanço dos gastos é criar um mecanismo anticíclico: quando a economia estiver crescendo menos, o governo terá espaço para ampliar as despesas. Em tempos de bonança, a alta dos gastos fica mais limitada.

Na elaboração do Orçamento da União, as despesas poderão crescer num ritmo acima da **inflação** registrada no ano anterior. Mas essa expansão será atrelada ao aumento da arrecadação do governo. O governo só poderá gastar a mais o equivalente a 70% do incremento real (descontada a **inflação**) da arrecadação no ano anterior, dentro de uma faixa que garantirá ampliação das despesas entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação** a cada ano.

O encontro entre receitas e despesas da União perseguirão uma meta a cada ano. Atualmente, esse resultado (diferença entre despesas e receitas, sem contar o pagamento de juros) está negativo: a previsão é que o país terá déficit fiscal primário de 2,2% do **PIB** este ano.

O objetivo do novo arcabouço é sair do vermelho e zerar o déficit fiscal em 2024 e produzir, a partir de 2025, resultados positivos, no azul. Essas metas terão um intervalo de cumprimento em percentual do **PIB**. O texto prevê um superávit de 0,5% do **PIB** em 2025 e de 1% em 2026. A meta estará cumprida se oscilar 0,25 ponto percentual do **PIB** para cima ou para baixo.

Caso o resultado fique abaixo do piso da meta, os gastos no ano seguinte só poderão crescer o equivalente a até 50% da alta real da receita em vez de 70%. Se o resultado ficar acima do limite da meta, o excedente será usado para investimentos públicos, como obras de infraestrutura, saneamento e habitação. Estão sob as regras as despesas dos Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Atualmente, as restrições impostas pelo teto vêm reduzindo a parcela livre do Orçamento para investimentos. Com o novo arcabouço, haverá um

mínimo de gastos desse tipo. A Fazenda propôs um piso de cerca de R\$ 75 bilhões, atualizado anualmente pela **inflação**, mas o texto aprovado na Câmara definiu esse patamar em 0,6% do **PIB**, o que em 2024 representará algo em torno de R\$ 60 bilhões.

O governo poderá gastar mais que isso se conseguir ampliar espaço no Orçamento sem desobedecer os critérios estabelecidos no arcabouço.

Com o novo arcabouço, o crescimento das despesas em 2024 vai considerar, primeiramente, a arrecadação acumulada entre julho de 2022 e junho de 2023. Depois será feita uma comparação entre a arrecadação de 2023 e o projetado para 2024. A diferença entre esses dois indicadores, se positiva, vira aumento real de despesas, limitado a 2,5%.

A cada Orçamento, o índice de **inflação** (IPCA) usado para corrigir os gastos será o acumulado num período de 12 meses até junho do ano anterior. Se o IPCA do ano fechado for maior, a diferença pode se tornar aumento de despesas.

Na Câmara, foram acrescentadas medidas de ajuste caso a meta fiscal do ano, fixada no início de cada governo, não seja cumprida. Se isso acontecer por um ano, o governo fica proibido de: criar cargos ou funções que impliquem em aumento de despesas; alterar estrutura de carreiras do funcionalismo que possam elevar o gasto com pessoal; criar ou elevar auxílios para **servidores públicos**; conceder ou ampliar incentivos fiscais a empresas e setores econômicos.

Se o descumprimento da meta fiscal ocorrer por dois anos seguidos, além das restrições anteriores, o governo ficará proibido de conceder reajuste salarial ao funcionalismo e realizar concursos para a contratação de novos servidores. O presidente Lula conseguiu garantir que o reajuste do salário mínimo, que afeta benefícios do **INSS**, ficará preservado, fora das sanções previstas em caso de descumprimento da meta.

Em caso de descumprimento da meta e acionamento dos gatilhos, o presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional, acompanhada de um projeto de lei, propondo medidas de aumento de receitas ou de corte de gastos. Se as medidas forem suficientes para corrigir o rumo, os efeitos dos gatilhos serão reduzidos ou retirados.

Os deputados também incluíram um outro gatilho no arcabouço para forçar o equilíbrio fiscal. Quando as despesas obrigatórias (como salários, benefícios e repasses constitucionais com saúde e educação) atingirem 95% dos gastos totais, serão acionados

todos os mecanismos de ajuste previstos para o caso de descumprimento da meta. Atualmente, as despesas obrigatórias são cerca de 90% do Orçamento.

A Câmara também mudou a proposta para a dinâmica de contingenciamento de gastos ao longo do ano, caso o monitoramento das despesas aponte que o governo está se distanciando da meta estabelecida. A União terá de bloquear na mesma proporção gastos com investimentos, custeio da máquina pública e emendas parlamentares.

Atualmente, é feito um relatório a cada dois meses para verificar se a meta fiscal está sendo cumprida. Se não estiver, o governo define quais gastos vai bloquear para garantir o cumprimento. Para o novo arcabouço, a Fazenda propôs relatórios de avaliação trimestrais, em março, junho e setembro, sem obrigação de contingenciamento.

Mas os deputados mantiveram os relatórios bimestrais, com contingenciamento linear obrigatório em caso de descumprimento, mas com limites. Será preciso preservar um nível mínimo de despesas discricionárias (que não são obrigatórias) consideradas necessárias ao funcionamento da máquina pública. A cada ano, será definido esse nível mínimo.

O relator também fez alterações na forma como o presidente da República será punido se descumprir as metas fiscais. Atualmente, isso é considerado um crime de responsabilidade, passível de impeachment a ser decidido pelo Congresso. O governo propôs que o descumprimento da meta não mais caracterize crime de responsabilidade, mas os deputados mantiveram algum tipo de responsabilização do governante.

Só será considerado crime de responsabilidade o descumprimento da meta sem que o governo tenha feito contingenciamentos, respeitando os limites estabelecidos na lei, ou tenha autorizado gastos como a criação de cargos e auxílios em meio a um cenário de descumprimento do objetivo fiscal do ano.

Site: <https://oglobo.globo.com/e-agora-brasil/noticia/2023/06/e-agora-brasil-entenda-como-vai-funcionar-o-arcabouco-fiscal-o-novo-regime-para-as-contas-publicas.ghtml>

Lula descarta fazer reforma ministerial

Marcello Casal Jr/Agência Brasi



Segundo Lula, só por "catástrofe" mudaria o desenho da Esplanada

Agência Estado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva descartou, ontem, que fará uma **reforma ministerial** para atender ao pedido do Centrão por uma nova articulação política. "Não está na minha cabeça fazer **reforma ministerial**. A menos que aconteça uma **catástrofe** que eu tenha que mudar. Mas, por enquanto, o time está jogando melhor do que o Corinthians", brincou.

Lula minimizou a dificuldade nas articulações com a Câmara e disse que o processo de negociação é natural. "Aquela Casa é assim.

Você vai conversando com os líderes, vai conversando com as pessoas, vai mostrando a importância daquilo, porque o que acontece não é importante para mim, é importante se causar benefício para o povo brasileiro", argumentou.

Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse esperar que Lula lidere pessoalmente a formação da base aliada na Casa, após o risco de derrota na votação da MP dos Ministérios. "Habilidade ele tem", ressaltou o deputado.

"O presidente Lula foi alertado por mim. E ele, hoje, é conhecedor de todas as dificuldades que seu governo tem na parte de articulação. Espero que tenha servido de ensinamento, para que, a partir de hoje (ontem), o governo possa encaminhar suas matérias na Casa na construção de uma maioria que ainda não tem", declarou Lira, em entrevista à GloboNews. "O clima ontem (quarta-feira), infelizmente, era um clima voltado para derrotar a MP", emendou, ao ressaltar que o governo Lula "peca na confiança".

Na avaliação de Lira, "o governo, sem uma maioria no Parlamento, não pode achar que partidos independentes são obrigados a pautar e votar matérias de seu interesse". "Se o governo não fizer maioria, paciência, vai ter que respeitar os resultados", frisou. O deputado, contudo, rechaçou a comparação feita nos bastidores entre a relação dele com o Planalto e a disputa entre a ex-presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, que culminou com o impeachment da petista, em 2016. "Ninguém pode dizer que atralhei o governo." Lira disse que é natural o governo oferecer ministérios a partidos para atraí-los à base, já que esse foi o modelo de coalizão escolhido por Lula, mas voltou a negar que tenha pedido o comando de pastas na Esplanada ou a demissão de algum ministro, como Renan Filho, dos Transportes, filho de seu maior adversário político em Alagoas, Renan Calheiros. O presidente da Câmara afirmou que apenas pediu ao governo que agisse para "moderar excessos" de Calheiros, que o acusou de desvio de dinheiro e de bater na ex-mulher

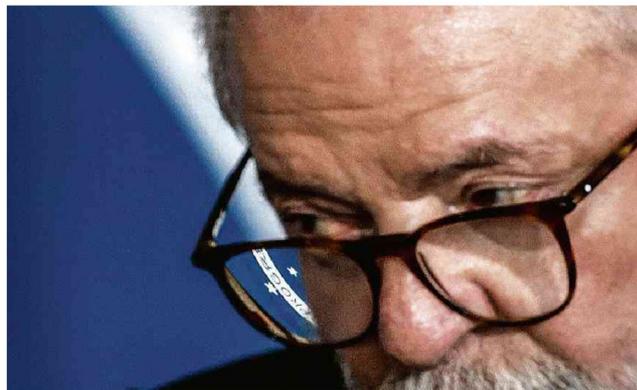
Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Lula nega que fará **reforma ministerial**

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/06/02/all.pdf>

Lira avisa que irá congelar projetos, e Lula diz rejeitar reforma ministerial



O presidente Lula, em entrevista coletiva no Itamaraty, negando que esteja pensando em reforma ministerial. Gabriela BSG/Folhapress

Julia Chaib, Thiago Resende e Victoria Azevedo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avisou a interlocutores do Palácio do Planalto que não pautará projetos de interesse do presidente Lula (PT) até que os deputados avaliem que o governo ajustou a articulação política e a relação com a Casa.

A mensagem foi passada na quarta (31), segundo aliados de Lira, ao líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), responsável pela interlocução entre o Palácio do Planalto e os deputados.

Com isso, Lira e líderes do centrão adotam uma postura para continuar pressionando o Planalto a buscar soluções céleres para atender a pedidos da Câmara, como liberação de emendas, nomeações em cargos e mais espaço no governo, podendo até configurar uma **reforma ministerial**.

Apesar da pressão por mudanças na Esplanada, Lula rejeitou, também na quinta, fazer uma **reforma ministerial** por pressão do Congresso.

"Não está na minha cabeça fazer a **reforma ministerial**, a não ser que aconteça uma catástrofe que eu tenha que mudar. Mas, por enquanto, o time está jogando melhor que o Corinthians", disse Lula, após encontro como presidente da Finlândia, Sauli Niinistö.

"Não pediram e não poderia pedir porque o PP é um partido de oposição e tem gente que vota com a gente. O PT já teve ministro do PP, o PP teve dois ministérios do governo da Dilma Rousseff. Não é problema, se ele pedisse agente vai avaliar, mas até agora nunca ouvi

Lira pedir ministro", disse ainda.

A decisão de Lira de congelar projetos do governo faz parte do acordo feito com líderes partidários para evitar a derrubada da MP (medida provisória) da Esplanada, que seria a maior derrota de Lula.

Projetos como a proposta com regras para a proclamação de resultados de julgamentos do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, que julga disputas bilionárias entre empresas e a União sobre pagamento de **impostos**, devem ficar paralisados na Câmara. A MP que recria o Minha Casa, Minha Vida também está na lista.

Aliados de Lira dizem que pretendem usar essa trava em projetos do governo como forma de pressionar também o Senado a votar textos já aprovados na Câmara e que encontram resistência de senadores, como a derrubada de decretos com mudanças de regras no Marco do Saneamento.

Apesar da trava a pautas de interesse do governo, Lira disse a parlamentares próximos que a **reforma tributária** não terá o calendário afetado. Ele e o governo querem votar a proposta na Câmara ainda neste semestre.

A Câmara aprovou por 337 votos a favor e 125 contra (e uma abstenção) no fim da noite de quarta-feira a MP que reestrutura o governo. A medida foi chancelada pelo Senado nesta quinta (1º), para não perder a validade.

Lira disse na madrugada desta quinta que, apesar da aprovação da MP o governo está longe de ter base.

"A Câmara, os líderes de partidos independentes, que não estão na base, reconheceram a necessidade de dar mais uma oportunidade para o governo, portanto, nós estamos longe ainda de estarmos comemorando uma base, como alguns tentam passar", disse.

"Daqui para frente o governo vai ter que andar com as suas pernas. Não haverá mais nenhum tipo de sacrifício", afirmou.

Na tarde da quinta, repetiu ter alertado Lula sobre a insatisfação dos parlamentares com a relação entre o Executivo e a Câmara e defendeu que o petista dê

espaço no ministério a mais partidos para aumentara base no Congresso.

À GloboNews, disse que o governo se predispôs a montar sua base parlamentar dando ministérios a partidos que o apoiaram na campanha, além de MDB, PSD e União Brasil -e defendeu que é lógico que essa alternativa possa ser usada a outras legendas no intuito de aumentar a base.

"É lógico que em uma conversa entre líderes, parte da articulação política ou com o presidente da República ou com o presidente da Câmara, que essa mesma solução seja dada para outros partidos que ele queira [para] aumentara base. O que há de errado nisso? O que há de diferente nisso? O que há de estranho nisso?", afirmou Lira.

Mas Lira disse que não reivindicou ao governo ministérios ou emendas e que não pediu a demissão de nenhum ministro, referindo-se às notícias de que ele teria pedido a cabeça de Renan Filho (Transportes), filho do senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Integrantes do Planalto atribuíram ao que chamaram de "questões paroquiais", resultado de uma disputa em Alagoas entre Lira e Renan, o receio de que o presidente da Câmara não atuasse para ajudar o governo na votação da MP da Esplanada.

No Twitter, o senador chamou Lira de caloteiro, o acusou de desviar dinheiro público e também de ter batido na ex-mulher Julyenne Lins. O presidente da Câmara mandou recado ao Planalto de que considerava inadmissíveis as declarações do senador da base de Lula e que o governo estava sendo leniente ao manter Renan Filho na Esplanada.

Nesta quinta, Lula também comentou o resultado da votação da MP que reestrutura o governo. "Era razoável que a Câmara votasse do jeito que votou", disse.

Embora a proposta tenha sido aprovada, o texto foi modificado e houve esvaziamento dos ministérios do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, além do fortalecimento de pastas comandadas pelo centrão.

Lula teve que entrar pessoalmente na articulação política para garantir a votação da MP. Ele falou com deputados e, segundo interlocutores, abriu margem para fazer trocas em ministérios.

Na quarta, Lula recebeu para uma reunião o líder da União Brasil na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA). Embora tenha três ministérios no governo, o partido -que tem 59 deputados- ameaçava votar para

derrubar a MP.

O presidente, então, chamou Elmar para uma conversa e disse, segundo relatos de aliados do parlamentar, que o deputado poderia indicar novos nomes para substituir as indicações atuais da União Brasil nos ministérios que ocupa, caso quisesse, ou seja, Integração Nacional, Turismo e Comunicações.

Estamos longe ainda de estarmos comemorando uma base, como alguns tentam passar. [...] Daqui para frente o governo vai ter que andar com as suas pernas. Não haverá mais nenhum tipo de sacrifício

Arthur Lira (PP-AL) presidente da Câmara, em entrevista à GloboNews, alertando o governo de que terá dificuldades para aprovar pautas na Casa

Não está na minha cabeça fazer a **reforma ministerial**, a não ser que aconteça uma catástrofe que eu tenha que mudar. Mas, por enquanto, o time está jogando melhor que o Corinthians

Lula presidente da República, negando que esteja pensando em mudar seu ministério para acomodar novos nomes indicados por parlamentares

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Senado aprova MP e mantém estrutura do governo com 37 ministérios



Plenário do Senado durante a votação da MP dos Ministérios

LEVY TELES BRASÍLIA

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória 1.154/23, o que garante a estrutura de 37 ministérios estabelecida na atual gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou o resultado da votação, pouco depois das 13h, faltavam 10 horas e 40 minutos para a MP "caducar".

Caso ela perdesse a validade, a gestão petista seria obrigada a desativar 17 ministérios, retomando a estrutura da Esplanada durante o governo de Jair Bolsonaro.

Como a Câmara resistiu a aprovar a medida provisória e deixou sua apreciação para a última hora - os deputados só concluíram votação na madrugada desta quinta-feira -, os senadores tinham pouco tempo para também votar o texto.

Uma MP tem validade de 120 dias e o prazo final era meianoite de ontem.

O texto foi aprovado por 51 votos favoráveis e 19 contrários.

Houve ainda uma abstenção. A sessão para aprovar a medida provisória foi acelerada. Durou apenas 2 horas e 25 minutos.

BOLSA FAMÍLIA. Na sequência, mas em votação simbólica, os senadores aprovaram a MP 1.164/2023, que relançou o Bolsa Família. O texto foi liberado pela Câmara também na noite de ontem, incluindo o Auxílio Gás.

Um dos primeiros a falar na sessão que analisou a MP dos Ministérios, o relator do texto, o senador governista Jaques Wagner (PT-BA), começou se desculpando. Disse que estavam todos ali "premidos pelo tempo" e não daria mais para os colegas senadores alterarem o texto porque ele teria de voltar para a Câmara de novo e a MP caducaria à noite.

Anteontem, a discussão do assunto foi extensa na Câmara dos Deputados. A sessão começou às 11 horas, mas a votação avançou até o início da madrugada de hoje. Lula chegou a se reunir com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no esforço para diminuir a resistência na Casa. O Planalto também agiu para atender a demanda dos congressistas. Na véspera da votação na Câmara, liberou R\$ 1,7 bilhão em emendas parlamentares.

A desarticulação política do governo Lula com o presidente da Câmara e líderes da Casa pôs em risco a estrutura do Executivo federal. O texto aprovado na Câmara, que obteve o aval do Senado, altera a estrutura original de pastas importantes do governo. Sob pressão da bancada ruralista e com apoio de deputados do Centrão, a redação final retirou poderes dos Ministérios de Meio Ambiente e dos Povos Indígenas.

A pasta de Marina Silva ficou sem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e sem a Agência Nacional de Águas (ANA), entre outras perdas. Já o Ministério dos Povos Indígenas perdeu poder de definir demarcações, atribuição repassada ao Ministério da Justiça.

FUNASA. A recriação da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), órgão controlado pelo Centrão durante o governo Bolsonaro, foi uma outra demanda para a aprovação da MP no Congresso. O relator da medida provisória, deputado Isnaldo Bulhões Júnior (MDBAL), havia incluído no texto um artigo que daria fim à Funasa.

Por pressão do próprio partido de Bolsonaro, o PL, e articulação do ex-presidente do órgão, Danilo Forte (União Brasil- CE), o trecho foi removido em votação na Câmara já na madrugada de ontem.

Outra alteração aprovada no Congresso foi deixar a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Na versão original, a área tinha sido deslocada para a Casa Civil. A estratégia do governo era desmilitarizar a Abin após o fracasso na antecipação e monitoramento das invasões do dia 8 de janeiro.

Lula descarta **reforma ministerial** e vê seu time "melhor que Corinthians

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva descartou ontem uma **reforma ministerial** para atender o Centrão, que tem reclamando da articulação política do governo.

"Não está na minha cabeça fazer **reforma ministerial**. A menos que aconteça uma catástrofe que eu tenha que mudar. Mas por enquanto, o time está jogando melhor que o Corinthians." Segundo o petista, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), não pediu ministérios "e nem poderia pedir".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Depois da MP, quais os desafios da relação de Lula com o Congresso

A poucas horas do fim do prazo final para a votação da medida provisória (MP) que oficializava a formação da Esplanada dos Ministérios do governo Lula, o texto foi aprovado pelo Senado por uma confortável margem, 59 votos a favor e 11 contra. Mas a aparente tranquilidade dos senadores contrastava com a verdadeira batalha travada na Câmara nos dias e, especialmente, na noite anterior, quarta-feira, quando o texto correu o risco de ser derrotado, algo que poderia ter efeitos catastróficos para o Palácio do Planalto.

Na reta final das discussões, o tom dos argumentos esquentou, e os deputados escolheram um alvo preferencial: a articulação política do governo, que já vinha sendo criticada desde os primeiros dias da atual legislatura. Parlamentares reclamam da demora na liberação de emendas, indicações para cargos e, especialmente, do que veem como uma falta de empenho de Lula nas negociações diretas com o Congresso. Na reta final das discussões da MP, o presidente acabou entrando no circuito, e a intervenção foi considerada decisiva para a aprovação do texto na Câmara.

Mas passada a "batalha campal" da quarta-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mandou alguns recados ao Planalto. A começar pela articulação, que ele e seus aliados veem como confusa e pouco eficaz - há ainda uma cobrança por uma maior participação do presidente Lula nas conversas, e a sempre presente sugestão de uma **reforma ministerial**, algo que o Planalto, ao menos por enquanto, diz que não está nos planos.

O Ao Ponto de hoje destrincha os intensos dias que levaram à aprovação da MP dos Ministérios, e conta bastidores das conversas e uma análise do que esperar da tensa relação entre o Congresso e o Palácio do Planalto. E para explicar os muitos detalhes do que acontece no Planalto Central, o episódio traz o repórter Lauriberto Pompeu e o coordenador de Política da sucursal em Brasília, Thiago Faria.

Publicado de segunda a sexta-feira, às 6h, nas principais plataformas de podcast e no site do GLOBO, o Ao Ponto é apresentado pelos jornalistas Carolina Morand e Filipe Barini, sempre abordando acontecimentos relevantes da atualidade. O episódio também pode ser ouvido na página de Podcasts do

GLOBO. Você pode seguir a gente em plataformas como Spotify, iTunes, Deezer e na Globoplay.

Site:

<https://oglobo.globo.com/podcast/noticia/2023/06/depois-da-mp-quais-os-desafios-da-relacao-de-lula-com-o-congresso.ghtml>

O valor das reformas para o País crescer mais (Artigo)

Fernando Honorato

O crescimento da economia brasileira surpreendeu novamente. Ainda que o agronegócio seja o grande responsável pelo resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre deste ano, a dinâmica do mercado de trabalho também tem chamado atenção.

A taxa de desemprego está no menor nível desde 2015, e as contratações formais ultrapassaram 700 mil vagas no primeiro quadrimestre do ano, sem que sejam notadas relevantes pressões salariais. Certa elevação da produtividade no mundo pós-reforma trabalhista e pandemia devem explicar esse fenômeno.

Olhando adiante, alguns fatores atuam em direções opostas quando se pensa na trajetória de crescimento dos próximos meses. De um lado, os efeitos defasados dos juros reais irão desacelerar a economia. De outro, a forte desinflação observada no atacado - e parcialmente repassada ao varejo - tem melhorado a renda das famílias e feito o endividamento ceder.

A renda disponível para o consumo deve crescer 5,0% acima da **inflação** neste ano. Historicamente, o Brasil cresce abaixo da média global desde 1980 (1,2 ponto percentual), mas isso é particularmente crítico nos anos de crises econômicas.

Nas décadas de 80 e nos primeiros anos da década passada, crescemos 2,4 pontos percentuais a menos do que o mundo. Fora desses períodos, o País consegue se aproximar da média global de forma mais consistente (-0,4 ponto percentual).

O que esses dados nos mostram é que fases de maior ambição na agenda de reformas, previsibilidade, estabilidade econômica e política têm muito valor em termos de crescimento econômico.

O arcabouço fiscal foi um passo importante para certa previsibilidade dos gastos públicos, mas ainda requer passos adicionais para dirimir as incertezas fiscais por completo.

Espera-se que a **reforma tributária** se some a essa agenda e não haja retrocessos naquelas consolidadas. Se formos capazes de seguir avançando na direção da

estabilidade econômica e política, os dividendos serão relevantes.

O **PIB** efetivo dos próximos anos pode ser maior do que aquele esperado pela média do mercado (1,5%), a julgar pelas projeções para o **PIB** global até 2026 (3,0%).

Com uma política econômica organizada, é possível evitar que essa década nos afaste ainda mais do crescimento econômico global.

Aprender com os erros e acertos do passado e com as boas práticas do mundo só depende de nós.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária é próximo passo



Articulação. Da direita para a esquerda, Haddad após reunião com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e da Câmara, Arthur Lira, e os relatores da reforma tributária e do arcabouço fiscal, Aguinaldo Ribeiro e Claudio Cajado

Para Tebet e Galípolo, PEC que simplificará a cobrança de **impostos** sobre o consumo será aprovada em pouco tempo na Câmara e até o fim do ano no Senado, o que pode potencializar o crescimento do **PIB** e favorecer o equilíbrio orçamentário. Pauta econômica que vai suceder a do arcabouço fiscal no Congresso, a **reforma tributária** também é vista pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, e pelo secretário executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo, como um pilar do plano do governo de garantir responsabilidade social sem descuidar da fiscal. No "E agora, Brasil?", os dois destacaram o potencial de aumento de produtividade e maior crescimento econômico da proposta, que visa a simplificar a cobrança de **impostos** sobre o consumo.

Os dois integrantes da equipe econômica lembraram do desafio do governo de aumentar a arrecadação para viabilizar o arcabouço fiscal e destacaram que a reforma contribuirá para uma trajetória mais equilibrada do endividamento público. Tebet e Galípolo mantêm a expectativa de aprovação na Câmara até o fim deste mês, apesar do calendário apertado, embora ainda não haja um texto. O secretário observou que, neste caso, não se parte do zero, mas de duas propostas de emenda à Constituição (PEC) que já tramitam. Mas Tebet, que foi senadora até o ano passado, estimou que a negociação no Senado deve demandar mais tempo, todo o segundo semestre.

No caso da **reforma tributária**, o governo não elaborou uma proposta. Espera que ela saia do grupo de trabalho formado na Câmara dos deputados que busca unificar as duas PECs que já tramitam no Congresso: 45/2019, na Câmara, e 110/2019, no Senado. Ambas propõem a criação de um imposto sobre valor agregado (IVA) como já existe em outros países, que seria chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a partir da unificação de **impostos** federais (IPI, PIS e Cofins) com o estadual ICMS e o

municipal ISS. Há ainda a possibilidade de criação de um imposto seletivo para produtos e serviços com impactos negativos na sociedade, como bebidas alcoólicas e cigarros.

A principal diferença entre as duas propostas é que a PEC 45 estabelece um IVA único, nacional, e a PEC 110 prevê um modelo dual, com um IVA nacional reunindo os **impostos** federais e um subnacional, com a fusão de ICMS e ISS, a ser gerido por estados e municípios. O relator do tema na Câmara é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

- Acompanho esse debate há 30 anos e nunca vi um momento tão propício para a reforma -afirmou Tebet no debate, acrescentando que espera uma "simbiose" entre as duas PECs com o IVA dual, já que parte das resistências está no temor de estados e municípios de perderem arrecadação. - O relator já disse que nenhum estado ou município vai perder nos primeiros 20 anos, o que dá alívio e tira uma pressão negativa e legítima dos governadores e prefeitos.

"DEBATE MADURO"

Outra desconfiança, mencionou, vem do setor de serviços, que teme elevação da carga tributária em segmentos intensivos em mão de obra. Segundo Tebet, o relator poderá fazer ajustes diferenciados para áreas como educação e saúde.

Para a ministra, a reforma reduzirá a burocracia para as empresas e injustiças no sistema tributário, com redução do "contencioso que dá margem a corrupção e sonegação". Tebet, que já descreveu a reforma como "única bala de prata" disponível para impulsionar a economia, disse que o plano do governo é agregar à simplificação do sistema tributário e ao arcabouço fiscal processos orçamentários mais modernos de avaliação e revisão de gastos e de antecipação de riscos para as contas públicas.

Galípolo disse compartilhar das expectativas da ministra e ressaltou ter ficado "impressionado" com o nível de consenso e noção de urgência do Congresso em relação a pautas econômicas decisivas como o arcabouço fiscal e a **reforma tributária**. Para ele, todo o país já está convencido de que é preciso mudar um sistema "absolutamente caótico", para eliminar distorções e estimular investimentos mais eficientes na economia, com impacto positivo no **PIB**.

O secretário extraordinário de **Reforma Tributária**,

Bernard Appy, tem apontado para um crescimento do **PIB** potencial de até 20 pontos percentuais em 15 anos com a reforma, previsão encampada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Confrontado com o curto prazo para votar uma reforma tão complexa na Câmara antes do recesso de julho, Galípulo ressaltou a atuação de integrantes da Fazenda como Appy e o próprio ministro junto aos parlamentares: -O governo não está esperando sentado para ver o que vai acontecer. Estamos trabalhando nas várias alternativas (de **reforma tributária**).

CARRO "POPULAR"

Perguntado se os subsídios anunciados na semana passada para o setor automotivo baratear carros "populares" entram em conflito com a busca de receitas demandada pelo novo arcabouço fiscal proposto e pela alíquota uniforme e homogênea defendida na reformada tributação sobre consumo, Galípulo disse que a iniciativa é de "curto prazo e emergencial" em função da "situação de risco" envolvendo as montadoras. O programa ainda não teve detalhes divulgados e, segundo ele, o governo está estudando uma forma de estruturá-lo em sintonia com o espaço fiscal disponível e com a preocupação sobre geração de empregos e sustentabilidade ambiental, incentivando eficiência energética.

Entenda o que difere as PECs

Duas propostas

Abandonada no governo Bolsonaro, a **reforma tributária** tem duas propostas de emenda constitucional (PECs) em tramitação: 110/2019 no Senado e 45/2019 na Câmara, que criou um grupo de trabalho para unificar as propostas e iniciar a tramitação.

Unificação de **impostos**

As duas PECs propõem a fusão de cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS), com base ampla de incidência e regras de transição entre entes federativos em até 50 anos, mas a principal diferença entre elas é a forma de unificação.

PEC45: Os **tributos** são unidos em um único imposto sobre valor agregado (IVA), chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). Haveria um imposto seletivo (IS) para itens como cigarros e bebidas alcoólicas.

PEC 110: Sugere uma solução dual, com a criação de dois I VAs.

Um federal, que uniria PIS e Cofins e seria chamado de Contribuição sobre Operações com Bens e Prestações de Serviços (CBS federal), e outro subnacional, o IBS, que juntaria ICMS e ISS e seria gerido por estados e municípios. Também estabelece um IS a partir do IPI.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Resultado puxa onda de revisões

Anais Fernandes, Marcelo Osakabe, Marsflea Gombata e Érica Polo

O resultado do **PIB** acima das projeções no primeiro trimestre disparou uma onda de revisão para o desempenho da economia neste ano. Diante do crescimento de 1,9% no primeiro trimestre em relação ao trimestre final de 2022, instituições financeiras e consultorias elevaram suas projeções.

O Goldman Sachs reviu o crescimento deste ano de 1,8% para 2,6%, e o BNP Paribas, de 1,5% para 2,5%. A MB Associados subiu a estimativa de 1,3% para 2,1%, enquanto a Capital Economics elevou de 1% para 2,3% e o Credit Suisse, de 1,3% para 2,1%. O Barclays subiu a previsão de 1,5% para 2,1%. O Citi revisou de 1% para 2,3%. O J.P. Morgan, de 1,7 para 2,4% e o Bank of America, de 0,9% para 2,4%. BRCG subiu sua projeção de 1% para 1,4%.

Com o carregamento estatístico de aproximadamente 2,4% previsto, as novas projeções indicam que o primeiro trimestre deve praticamente sustentar o resultado do ano. Mesmo que os outros segmentos desacelerem com força, a MB diz que o agro conseguirá ser responsável pelo **PIB** mais forte. "Estamos de certa forma revivendo 2017, quando o agro cresceu 14,2% e ajudou no **PIB** de 1,3% naquele ano", diz, em relatório.

A consultoria observa que, para entregar um **PIB** de 2,1% em 2023, a atividade econômica deveria cair, na margem, nos demais trimestres, já que a "herança estatística" deixada pelos três primeiros meses do ano para o restante do período é de 2,4%. Esse, no entanto, não parece ser o caso.

"Embora o desempenho do primeiro trimestre tenha superado as expectativas principalmente devido ao setor agrícola, que representa cerca de 7% da economia, agora esperamos ver "pernas" de seu desempenho notável no segundo trimestre, por exemplo, na forma de exportações mais altas do lado da demanda e serviços do lado da oferta", afirma em relatório Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays.

Além disso, diz, o mercado de trabalho continua aquecido em meio à geração de empregos e à continuidade do crescimento da massa salarial real, o que deve sustentar o consumo, mesmo com o alto endividamento das famílias.

O Credit Suisse subiu a projeção também para a agropecuária, passando de 9,8% para 13,1 % no ano.

Para Alberto Ramos, chefe de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs, a aceleração do **PIB** no primeiro trimestre de 2023 "foi impulsionada pelo consumo privado e uma grande contribuição das exportações líquidas e acumulação de estoques, apenas parcialmente compensada pela queda do investimento".

À frente, diz Ramos, a atividade deve se beneficiar de estímulos fiscais e para-fiscais (transferências federais adicionais para famílias de baixa renda com alta propensão a consumir), da expansão da massa salarial real (com um mercado de trabalho resiliente) e do impacto de uma perspectiva favorável dos alimentos.

A Tendências Consultoria deve revisar os números do **PIB** para 2023, atualmente em 1,4%. "Vamos incorporar a surpresa do primeiro trimestre e também uma perspectiva de atividade mais forte no segundo trimestre", diz o economista Thiago Xavier.

Conforme revisaram para cima o **PIB** de 2023, algumas casas cortaram suas projeções para 2024, como a Capital Economics (1% para 0,8%) e a BRCG (0,8% para 0,6%). "Somos uma das poucas economias com **PIB** menor em 2024 do que em 2023", observa Livio Ribeiro, sócio e economista da BRCG.

Em relatório, os economistas Cassiana Fernandez e Vinícius Moreira, do J.P. Morgan, notam que, dada a elevação dos estoques domésticos e a desaceleração da demanda doméstica, o **PIB** deve se manterem trajetória descendente no restante do ano.

Ainda assim, o crescimento do **PIB** no primeiro trimestre foi o mais forte desde 2020, com a agricultura registrando seu melhor desempenho desde 1996.

Para o chefe de economia para Brasil e de estratégia para América Latina do Bank of America, David Beker, o resultado do primeiro trimestre "é consistente com a expectativa de uma economia praticamente estagnada no restante do ano", escreve Beker. "Em relação a 2024, cortamos nossa expectativa de 2,4% para 1,8%. A aprovação de um novo arcabouço fiscal, o início do ciclo de afrouxamento monetário e o avanço da **reforma tributária** podem tirar algum peso de cima do setor privado, permitindo que o crescimento volte a aparecer no próximo ano", pondera.

"Apesar de reconhecer que o desempenho da agropecuária no 1- trimestre parece ser efeito temporário, o aumento da renda sugere uma demanda interna mais resiliente, especialmente no que diz respeito ao consumo privado", diz o documento do Citi assinado por Leonardo Porto, Paulo Lopes e Thais Ortega, citando melhoria dos indicadores do mercado de trabalho no país.

O crescimento econômico muito mais forte, dizem os economistas do Citi, aumenta os riscos de o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciar o ciclo de corte de juros mais tarde do que o previsto pelo banco no último trimestre deste ano.

"O **PIB** mais forte adiciona um elemento adicional nessa direção", afirma o Citi. Contudo, como o banco vislumbra uma possível decisão de alteração de parâmetros da meta de **inflação** no final deste mês, mantém a projeção de taxa Selic fechando o ano em 12,25%.

2,1% é a previsão da MB para o **PIB** deste ano

2,6% é a nova projeção do Goldman Sachs

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230601/>

Crescimento já expressa PIB potencial maior?

Solange Srourr Rafael Castilho e Francisco Lima Filho

O crescimento do **PIB** de 1,9% no primeiro trimestre de 2023 comparado ao último trimestre de 2022 e de 4% comparado ao primeiro trimestre de 2022 supera em muito a expectativa do início do ano. Com o resultado divulgado nesta quinta-feira, 1, revisamos nossa projeção de crescimento do **PIB** para 2,1% em 2023.

Pelo lado da demanda agregada, a variação do **PIB** teve contribuição negativa da absorção doméstica e um acúmulo de estoques no período. Os investimentos continuam caindo há dois trimestres. Do lado da oferta, a indústria também está em queda faz dois trimestres. O forte resultado do **PIB** pode ser atribuído exclusivamente à excelente performance do setor agrícola. Este avança por conta de uma expansão da área plantada e de condições climáticas mais favoráveis em relação a 2022. Projetamos que o **PIB** agrícola cresça 13,1 % em 2023, ante declínio de 1,7% no ano passado. A última vez que o segmento alcançou um número tão expressivo foi em 2017, com 14,2%.

Mas quanto da revisão da expectativa de crescimento do **PIB** de 2023 pode ser apenas correção de um pessimismo exagerado que se repete há mais de três anos? Podemos ficar mais otimistas com o futuro?

Este é um debate que passa longe da discussão sobre em que fase do ciclo econômico estamos.

Se a política monetária continuará restritiva ou seguirá expansionista. O crescimento sustentável depende de produtividade e crescimento populacional.

No fim da década de 90, o Brasil tinha uma população que crescia 1,6% ao ano e agora está próximo de 0,7%. Se quisermos alcançar 2,5%, por exemplo, nossa produtividade precisa ser de quase 2%, e não vemos isso há mais de 40 anos. Entre 1995 e 2022, a produtividade da economia cresceu 0,8%, com uma grande heterogeneidade setorial: expansão de 5,5% na agropecuária, queda de 0,4% na indústria e crescimento de apenas 0,2% nos serviços (setor que concentra mais de 70% das horas trabalhadas no país).

Produtividade significa aumento da capacidade de produção com os mesmos recursos produtivos e não

pode ser substituída por subsídios, desonerações, controle de preços ou medida de proteção à competição externa. Estas apenas implicam transferências de recursos entre setores, sem aumento da produtividade total da economia. Infelizmente, não é isso que vimos com a recente proposta para a indústria automobilística ou a falta de discussão sobre os grandes gastos tributários da Zona Franca de Manaus, o regime de lucro presumido e o Simples. Não por outro motivo, nosso agronegócio é produtivo: beneficiou-se da pesquisa tecnológica realizada pelo setor público, teve seus benefícios reduzidos na década de 80 e ficou exposto à competição externa desde os anos 90.

A agenda da produtividade passa primeiro por uma maior eficiência dos processos para aprovação, controle e regulação dos investimentos e melhor definição do mandato das agências reguladoras, assim como das atribuições dos órgãos de controle. Mais uma vez, não condiz com a nossa realidade o decreto para modificar o marco do saneamento.

Segundo, é necessário reduzir a incerteza jurídica. No caso da infraestrutura, a externalidade positiva é enorme: menores custos e maior eficiência para todas as atividades produtivas. A ação que o governo move no STF questionando o processo de transferência da Eletrobras para a iniciativa privada, mesmo que não seja bem-sucedida, já constitui um acinte ao ambiente de negócios.

Não menos importante é a melhora da eficiência na gestão da política pública. Nossa carga tributária é maior do que a dos países com grau equivalente de desenvolvimento, sem que, no entanto, tenhamos indicadores equivalentes no acesso à educação ou a serviços de saúde de qualidade.

A agenda de avaliação de políticas públicas foi atropelada pela PEC da Transição (que permitiu a elevação significativa das transferências de renda sem relação com políticas sociais de investimento, como educação) e pelo novo arcabouço (que aumentou ainda mais a rigidez dos gastos). A **reforma tributária** parece ser a única contribuição para a pauta da produtividade; mas, para que ela seja revolucionária, precisamos ter melhor interação entre União, Estados, Legislativo e Judiciário.

Por todos esses motivos, acreditar que o crescimento previsto de 2023 para a frente será sustentável parece ousado. Reformas realizadas em governos passados precisam ser preservadas e já devem afetar positivamente nosso crescimento, mas há ainda um longo caminho a trilhar, cujo debate não está em pauta na agenda atual. O crescimento do **PIB** de 1,9% no primeiro trimestre de 2023 comparado ao último trimestre de 2022 e de 4% comparado ao primeiro trimestre de 2022 supera em muito a expectativa do início do ano. Com o resultado divulgado nesta quinta-feira, 1, revisamos nossa projeção de crescimento do **PIB** para 2,1% em 2023.

Pelo lado da demanda agregada, a variação do **PIB** teve contribuição negativa da absorção doméstica e um acúmulo de estoques no período. Os investimentos continuam caindo há dois trimestres. Do lado da oferta, a indústria também está em queda há dois trimestres. O forte resultado do **PIB** pode ser atribuído exclusivamente à excelente performance do setor agrícola. Este avança por conta de uma expansão da área plantada e

de condições climáticas mais favoráveis em relação a 2022. Projetamos que o **PIB** agrícola cresça 13,1 % em 2023, ante declínio de 1,7% no ano passado. A última vez que o segmento alcançou um número tão expressivo foi em 2017, com 14,2%.

Mas quanto da revisão da expectativa de crescimento do **PIB** de 2023 pode ser apenas correção de um pessimismo exagerado que se repete há mais de três anos? Podemos ficar mais otimistas com o futuro?

Este é um debate que passa longe da discussão sobre em que fase do ciclo econômico estamos.

Se a política monetária continuará restritiva ou seguirá expansionista. O crescimento sustentável depende de produtividade e crescimento populacional.

No fim da década de 90, o Brasil tinha uma população que crescia 1,6% ao ano e agora está próximo de 0,7%. Se quisermos alcançar 2,5%, por exemplo, nossa produtividade precisa ser de quase 2%, e não vemos isso há mais de 40 anos. Entre 1995 e 2022, a produtividade da economia cresceu 0,8%, com uma grande

heterogeneidade setorial: expansão de 5,5% na agropecuária, queda de 0,4% na indústria e crescimento de apenas 0,2% nos serviços (setor que concentra mais de 70% das horas trabalhadas no país).

Produtividade significa aumento da capacidade de produção com os mesmos recursos produtivos e não

pode ser substituída por subsídios, desonerações, controle de preços ou medida de proteção à competição externa. Estas apenas implicam transferências de recursos entre setores, sem aumento da produtividade total da economia. Infelizmente, não é isso que vimos com a recente proposta para a indústria automobilística ou a falta de discussão sobre os grandes gastos tributários da Zona Franca de Manaus, o regime de lucro presumido e o Simples. Não por outro motivo, nosso agronegócio é produtivo: beneficiou-se da pesquisa tecnológica realizada pelo setor público, teve seus benefícios reduzidos na década de 80 e ficou exposto à competição externa desde os anos 90.

A agenda da produtividade passa primeiro por uma maior eficiência dos processos para aprovação, controle e regulação dos investimentos e melhor definição do mandato das agências reguladoras, assim como das atribuições dos órgãos de controle. Mais uma vez, não condiz com a nossa realidade o decreto para modificar o marco do saneamento.

Segundo, é necessário reduzir a incerteza jurídica. No caso da infraestrutura, a externalidade positiva é enorme: menores custos e maior eficiência para todas as atividades produtivas. A ação que o governo move no STF questionando o processo de transferência da Eletrobras para a iniciativa privada, mesmo que não seja bem-sucedida, já constitui um acinte ao ambiente de negócios.

Não menos importante é a melhora da eficiência na gestão da política pública. Nossa carga tributária é maior do que a dos países com grau equivalente de desenvolvimento, sem que, no entanto, tenhamos indicadores equivalentes no acesso à educação ou a serviços de saúde de qualidade.

A agenda de avaliação de políticas públicas foi atropelada pela PEC da Transição (que permitiu a elevação significativa das transferências de renda sem relação com políticas sociais de investimento, como educação) e pelo novo arcabouço (que aumentou ainda mais a rigidez dos gastos). A **reforma tributária** parece ser a única contribuição para a pauta da produtividade; mas, para que ela seja revolucionária, precisamos ter melhor interação entre União, Estados, Legislativo e Judiciário.

Por todos esses motivos, acreditar que o crescimento previsto de 2023 para a frente será sustentável parece ousado. Reformas realizadas em governos passados precisam ser preservadas e já devem afetar positivamente nosso crescimento, mas há ainda um longo caminho a trilhar, cujo debate não está em pauta na agenda atual.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230601/>

Relatório da tributária terá IVA dual, alíquotas múltiplas e 4 regimes

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

O relatório da **reforma tributária** será apresentado na terça-feira no grupo de trabalho da Câmara com a proposta de um imposto sobre valor adicionado (IVA) dual e um fundo de desenvolvimento regional (FDR) bancado, pelo menos em parte, com recursos da União, segundo quatro parlamentares ouvidos pelo Valor. O texto defenderá também que exista mais de uma alíquota, sem explicitar quantas, e quatro regimes especiais.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a princípio estava receoso de partilhar uma fatia do IVA federal com os estados, mas cedeu diante da visão de que a reforma precisa ser destravada. Ainda não está claro qual será o percentual e valor do fundo e isso, provavelmente, só será decidido depois da apresentação do relatório, embora ele tenha uma reunião com a cúpula do GT na segunda-feira e possa sugerir uma proposta sobre isso.

O documento que será divulgado na terça-feira será um relatório dos trabalhos até agora e das diretrizes que o grupo considera centrais de constarem na proposta de emenda constitucional (PEC). O texto legislativo em si só deve ser apresentado 20 dias depois, após reuniões com os partidos, e ser votado em julho.

O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), chegou a defender algumas vezes que o melhor modelo é um IVA único para União, Estados e municípios, mas os 12 integrantes do GT decidiram em reunião anteontem que politicamente é mais viável um IVA duplo - um federal e outro estadual/municipal. A legislação, contudo, será uma só para todo o país e a arrecadação deve ocorrer numa agência nacional centralizada de gestão tripartite.

A reunião com Haddad também pode indicar o prazo de transição da reforma, hoje entre seis e dez anos para os contribuintes, mas isso ainda não está certo e pode ser outro tema que ficará para o substitutivo. Há duas possibilidades: um mais curto, de seis anos, com o governo precisando gastar mais para compensar as empresas pelo fim de seus incentivos fiscais, e outro mais longo para que esses benefícios sejam convalidados pela PEC e extintos ao longo do tempo. A tendência é que, se o tema entrar no relatório de

agora, seja esta segunda opção.

O relatório também dirá que o IVA não terá uma única alíquota, mas não vai citar por enquanto quantas serão, os valores e nem quais setores terão tratamento diferenciado. Isso ficará para o substitutivo ou até para o projeto de lei complementar, segundo disseram ao Valor. O texto vai propor o cashback (devolução de **impostos**), mas sem detalhar.

Quatro setores terão regimes especiais de pagamento do IVA: os combustíveis terão cobrança monofásica, nas refinarias, e não ao longo da cadeia produtiva para evitar sonegação; o sistema financeiro e o setor de seguros terão pagamento sobre seus ganhos e não sobre cada operação para que não ocorra aumento de custos em toda a economia; e a construção civil terá um modelo próprio de tributação.

O documento ainda incorporará a sugestão da PEC 110 de cobrança de 1PVA para embarcações de luxo e aeronaves, mas falta decidir quem ficará responsável, a União ou os Estados. É uma forma, segundo os deputados, de já sinalizar a intenção de tratar também dos **impostos** sobre a renda e patrimônio, que são uma segunda etapa da reforma.

O GT realizará agora as últimas reuniões antes de divulgar o parecerem sessão na terça-feira (dia 6), às 16h. Hoje haverá reunião com a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e na segunda-feira um encontro com Haddad de dia e entre todos os integrantes do GT à noite para alinhar as últimas diretrizes que constarão do relatório e sobre as quais até agora não houve consenso.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20230601/>

Arcabouço fiscal trará equilíbrio para as contas públicas



Realizado on-line mediado por Vera Magalhães, colunista do "Globo", e Sérgio Lamucci, editor-executivo do Valor. Simone Tebet e Gabriel Galípolo se mostraram otimistas em relação à rápida aprovação do arcabouço no Senado

Manoel Ventura

Prioridade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto que cria o novo regime para as contas públicas no país foi aprovado com folga na Câmara dos Deputados no fim de maio e já está em análise pelo Senado, que promete votara medida ainda este mês. E, na visão da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, o arcabouço fiscal trará um equilíbrio para as finanças do governo que permitirá o crescimento sustentado da economia.

Tebet e Galípolo afirmaram que o conjunto de regras terá um caráter mais "fiscalista", ou seja, de conter o avanço dos gastos públicos, do que sugerem as primeiras avaliações feitas pelo mercado financeiro. O arcabouço fiscal vai substituir o atual teto de gastos, criado em 2016, no governo Michel **Temer**, e que limitava o crescimento das despesas do governo federal ao avanço da **inflação**. O arcabouço prevê um aumento real dos gastos, porém limitado ao comportamento da arrecadação e de outros parâmetros.

Substituir o teto para permitir a ampliação de gastos sociais e investimentos públicos foi uma promessa de campanha de Lula. Tebet e Galípolo participaram, na terça-feira (30), do "E agora, Brasil?", que teve como tema o novo arcabouço fiscal. A série de debates é uma realização dos jornais "O Globo" e Valor, com patrocínio do Sistema Comércio através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações.

Na avaliação de ambos, as mudanças na proposta original do governo feitas pelos deputados durante a tramitação do projeto de lei na Câmara ajudaram a aperfeiçoar o arcabouço fiscal. Mas tornaram as

regras mais restritivas do ponto de vista de gastos. Tebet destacou que ficou claro que será preciso fazer escolhas. Galípolo endossou, dizendo que o marco fiscal é "muito mais apertado do que parece". "As pessoas vão entender que o tema que vamos ter de enfrentar é outro. É se estamos dispostos a espremer educação, saúde, que são prioritários para o nosso país. Vai ficar claro para quem está olhando que o problema c de outra natureza, de quão apertado c desafiador está esse Orçamento. Nossa dificuldade vai ser o quão desafiador será (a transição de) 2023 para 2024", disse o secretário. Em tom de brincadeira, disse que está de "aviso prévio" na Fazenda, já que foi indicado pelo presidente Lula para a Diretoria de Política Monetária do Banco Central (BC).

Tebet admitiu que entregar as metas será um grande desafio. E contou que brincou sobre isso com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. "Eu falei: "olha, estamos aqui para lhe apoiar, mas você jogou uma granada sem pino no próprio colo". Temos metas audaciosas, mas críveis, que são possíveis de ser realizadas."

No debate on-line mediado por Vera Magalhães, colunista do "Globo", e Sérgio Lamucci, editor-executivo do Valor, Tebet e Galípolo se mostraram otimistas em relação à rápida aprovação do arcabouço no Senado com poucas ou sem alterações no texto da Câmara.

O projeto aprovado na Câmara, fruto da costura política do relator, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), permite até uma exceção para um gasto extra em 2024, caso o governo consiga aumentar a sua arrecadação no próximo ano. Esse ponto tem sido criticado por economistas e analistas de mercado. Para Galípolo, porém, a norma fiscal aprovada é mais dura do que parece. Ele frisou que a possibilidade de crédito suplementar em 2024 não chega perto de R\$ 80 bilhões como apontaram alguns cálculos no mercado.

Tebet avaliou que o arcabouço aprovado na Câmara é "crível, flexível e sustentável". "O arcabouço fiscal trata de um compromisso com a responsabilidade fiscal. É importante porque é de um governo que tinha a fama de ser expansionista nos gastos públicos e escolheu alguém mais liberal para fazer parte do ministério que trata da questão fiscal e orçamentária."

Para Galípolo, a queda recente nas taxas de juros futuros e do dólar no mercado financeiro refletem o avanço do arcabouço fiscal, que afastou o risco de uma trajetória explosiva da dívida pública. "Às vezes vejo as pessoas debatendo, em especial meus colegas economistas, tratando o arcabouço como se fosse um paper de economia. Na realidade, parte de um princípio de que esta é uma construção democrática, um debate que reflete a composição de forças que foram eleitas."

O secretário refutou as críticas de que o arcabouço é complexo por ter muitas regras. Segundo Galípolo, o modelo, que ele prefere chamar de regime fiscal sustentável, pode ser definido de uma forma simples: uma regra para gastos públicos complementada por metas de resultado primário (ou seja, déficit ou superávit no resultado do governo, sem contar o pagamento de juros da dívida pública).

O novo arcabouço autoriza que as despesas cresçam acima da inflação. Mas esse percentual será atrelado a 70% do incremento da arrecadação, tendo como piso uma alta mínima de 0,6% e um teto de no máximo 2,5% dos gastos acima da inflação. Além disso, o governo estabeleceu metas ousadas de resultado fiscal primário sob o novo arcabouço: zerar o déficit em 2024 e fazer superávits de 0,5% e 1% do **PIB** em 2025 e 2026. Neste ano, a previsão é que o déficit fiscal primário fique em 1,3% do **PIB**.

Para Galípolo, visões céticas sobre o arcabouço são naturais, mas ele argumentou que o ajuste fiscal não pode ser feito nos gastos voltados para os brasileiros mais pobres. Segundo ele, a nova norma substitui a visão de redução do papel do Estado na economia por trás do teto de gastos e busca democratizar o Orçamento.

"Não queremos fazer o mesmo ajuste de sempre, sobre as mesmas pessoas, que seria cortar programas sociais, em lugares onde existe um déficit de atendimento à população", afirmou.

Tebet se disse otimista em relação à alta de arrecadação com a revisão de isenções fiscais, mas observou que o arcabouço saiu da Câmara "mais restritivo" nos gastos. "Nos parâmetros de hoje, teria de cortar despesas discricionárias em torno de R\$ 32 bilhões, podendo chegar a R\$ 40 bilhões, com uma simples alteração que o relator fez. É preciso falar para os senadores que restringir mais significa cortar inclusive despesas com emendas parlamentares."

As emendas usadas por parlamentares para enviar frações do Orçamento a projetos em suas bases eleitorais são despesas discricionárias, que não têm

carimbo de obrigatórias. Portanto, podem ser cortadas para o cumprimento das metas fiscais, assim como investimentos e gastos para a manutenção da máquina pública.

Como o arcabouço fiscal atrela o comportamento dos gastos do governo a um aumento das receitas, críticos argumentam que o novo regime ficará dependente de uma alta na arrecadação para se viabilizar, mas o governo diz que não haverá aumento de impostos. "A separação que precisa ser feita é entre a criação de novos impostos ou aumento de alíquotas, o que temos evitado fazer, e colocar luz nos tipos de renúncia", disse Galípolo.

Para Tebet, a retomada do crescimento da economia com maior previsibilidade das contas públicas vai se refletir em alta da arrecadação e permitirá maior inclusão social sem pressionar a inflação.

José Roberto Ladros, presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), destacou o compromisso do governo com a sustentabilidade das contas públicas sem aumento de impostos. "O equilíbrio fiscal é um dos pilares da estabilidade macroeconômica e o principal objetivo do novo arcabouço é estancar o crescimento da dívida pública", disse. "Para o setor produtivo, é importante que esse objetivo seja atingido sem que isso signifique aumento da carga tributária. Desde a implantação do Plano Real, a carga tributária subiu mais de 10 pontos percentuais do **PIB**, mas a dívida não parou de crescer. Junto com a aprovação do novo arcabouço fiscal, será preciso garantir que a reforma tributária não resultará em novos aumentos de impostos."

"Restringir mais significaria cortar inclusive despesas com emendas parlamentares" Simone Tebet

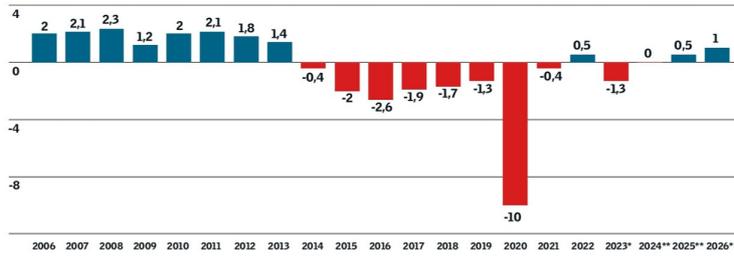
"Esta é uma construção democrática, um debate que reflete a composição das forças eleitas" Gabriel Galípolo

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230601/>

Em busca do equilíbrio

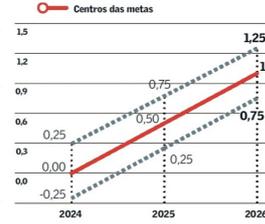
O Brasil tem gastado mais que arrecada nos últimos anos. O novo arcabouço fiscal promete colocar as contas no azul a partir de 2024 e dar sustentabilidade à dívida pública

Resultado primário do governo federal (receitas menos despesas) - em %

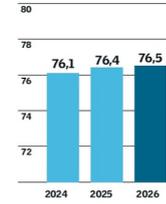


Fonte: Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda. *Previsão, **Metas do novo arcabouço fiscal

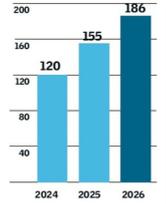
Evolução dos intervalos das metas de resultado primário do governo com o arcabouço fiscal - em % do PIB



Projeção da evolução da dívida bruta do governo sob os novos parâmetros - em % do PIB



Projeção de economia com redução dos juros da dívida - em R\$ bilhões



Entenda o que difere as propostas de reforma

Abandonada no governo de Jair Bolsonaro, a **reforma tributária** tem duas propostas de emenda constitucional (PECs) em tramitação no Congresso Nacional. A PEC 110/2019, que está no Senado; e a 45/2019, na Câmara dos Deputados, que criou um grupo de trabalho para unificar as duas propostas e iniciar a tramitação.

As duas PECs propõem a fusão de cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS), com base ampla de incidência e regras de transição entre entes federativos em até 50 anos. A principal diferença entre elas é a forma de unificação desses **tributos**.

Na PEC 45, os **tributos** são unidos em um único imposto sobre valor agregado (IVA), que seria chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). Haveria também um imposto seletivo (IS) com incidência sobre produtos como cigarros e bebidas alcoólicas.

A PEC 110 sugere uma solução dual, com a criação de dois I V/As - um federal, que uniria PIS e Cofins e seria chamado de Contribuição sobre Operações com Bens e Prestações de Serviços (CBS federal), e outro subnacional, o IBS, que juntaria ICMS e ISS e seria gerido por Estados e municípios. Também estabelece um Imposto Seletivo a partir do IPI. ("MW)

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230601/>

Mais impostos? Nova regra fiscal prevê aumento de arrecadação em até R\$ 150 bilhões

Economia

/
Johnny Negreiros, do R7*

O projeto chamado de Novo Arcabouço Fiscal deverá ser votado no Senado até julho, após ter sido aprovado pela Câmara Federal. De forma resumida, tratam-se das regras que têm o objetivo de controlar as contas públicas. Ou seja, conter os gastos do governo brasileiro.

No entanto, há um impasse que vai além dos instrumentos e das metas de saldo positivo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já explicou publicamente que a proposta exige aumento de arrecadação entre R\$ 110 bilhões e R\$ 150 bilhões.

Por isso, especialistas contrários ao projeto de lei afirmam que o arcabouço resultará em aumento de **impostos**.

"Quando se fala em 'aumento de arrecadação', significa que você [o contribuinte] vai pagar mais imposto. Esse aumento necessário para ter o equilíbrio fiscal é muito grande. Ou seja, nós brasileiros vamos ter que pagar mais **tributos** ao Estado", opina Rodrigo Saraiva, membro do conselho administrativo do Instituto Mises Brasil.

Já Paulo Gala, professor de economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas) e economista-chefe do Banco Master, tem visão diferente: "não acho que vêm novos **impostos**".

Para ele, os R\$ 150 bilhões virão de reestruturações (a volta de uma cobrança tributária) e do crescimento da economia nacional.

"É importante dizer que a economia brasileira tem dado sinais, tem tido atividade econômica melhor do que se imaginava. Um crescimento próximo a 2%, no ano que vem, ajudaria muito na arrecadação", acredita ele.

Por sua vez, o Ministério da Fazenda nega. Em resposta ao R7, a pasta disse que a proposição "não vai aumentar a carga tributária".

"A proposta não prevê novos **tributos** ou aumentos das alíquotas atuais. Aliás, o novo regime está alinhado a outra proposta de extrema importância, a **Reforma Tributária**, que está em sua primeira etapa focada na tributação sobre consumo (**impostos** indiretos) e também não vai elevar **impostos**, mas sim corrigir o caráter ineficiente e regressivo do atual sistema tributário, que penaliza a produção e também quem está na parte de baixo da pirâmide social", declarou a Fazenda.

Porém, é fato que algumas medidas de criação ou aumento de **impostos** já estão sendo debatidas pelo ministro Fernando Haddad. E não só nos bastidores. Três delas são:

1. Taxação de apostas esportivas. Previsão de arrecadação: R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano;
2. Taxação de lojas digitais, como a Shein. Previsão de arrecadação: R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões;
3. Impedir que subvenção a Estados para investimento seja equiparada a custeio. Previsão de arrecadação: R\$ 85 bilhões a R\$ 90 bilhões.

Para o deputado Gilson Marques (Novo-SC), o novo marco fiscal será uma "licença para Lula gastar".

"Serão R\$ 548 bilhões de impacto negativo no bolso dos brasileiros nos próximos três anos. Não tem um artigo, inciso ou alínea no texto do arcabouço que faça qualquer menção a corte de despesas. Não tem milagre, a conta virá em aumento de **impostos** e **inflação**, ou seja, a população é quem vai pagar, especialmente os mais pobres, que já arcam com 53% da arrecadação atual. É uma desgraça", argumenta o parlamentar.

Por outro lado, Luiz Alberto Melchert, economista e doutor em História Econômica pela USP (Universidade de São Paulo), vê de forma positiva o arcabouço proposto pela equipe de Haddad.

"Particularmente, vejo como positivo justamente pelos motivos que desagradaram gregos e troianos . O teto de gastos era um absurdo em essência, pois visava a dilapidar o patrimônio público. Substituir por lei complementar dará margem a mudanças sem o estresse político de uma PEC [Proposta de Emenda à Constituição]. Ao mesmo tempo, ela lardeia o controle e a responsabilidade com o dinheiro público", pensa ele.

Ou seja, ele lembra que a proposta desagradou parte da esquerda, mas também aos opositores de direita. Por exemplo, o PSOL, partido da base do governo Lula, votou contra o projeto. O mesmo foi feito pelo Novo, uma sigla contrária à atual administração.

Para ilustrar, Sâmia Bonfim (PSOL-SP) faz parte do primeiro grupo. Para ela, o novo marco fiscal é "ruim, porque segue a lógica de teto de investimentos nas áreas sociais mesmo nos momentos em que o Brasil tiver um crescimento [econômico]".

"O projeto vai, ao mesmo tempo, impedir que as áreas sociais possam ser atendidas mesmo nos momentos de crise de maior dificuldade, mas também impedir que o Estado faça o seu papel de potencializar a economia. E também vai empurrar para desconstitucionalização os pisos da saúde ou da educação, algo que é gravíssimo, porque os estados e municípios mal pagam o mínimo para essas áreas. Se eles estiverem com o mínimo fora da Constituição, a situação vai ser ainda pior", fala ela à reportagem.

Depois de ser aprovada em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, o arcabouço fiscal será analisado no Senado em breve. Segundo os especialistas consultados pela reportagem, a matéria deve também ter o aval dos senadores.

Se isso ocorrer, cabe ao presidente Lula sancionar ou não o texto. Porém, vale lembrar que a proposta enviada pelo Ministério da Fazenda ao Congresso Nacional já teve o "sim" do mandatário.

*Sob supervisão de Ana Vinhas

Fernando Haddad se reúne com relator da proposta da **reforma tributária**

Site: <http://noticias.r7.com/economia/mais-impostos-nova-regra-fiscal-preve-aumento-de-arrecadacao-em-ate-r-150-bilhoes-02062023>

PIB surpreende e cresce 1,9% puxado pelo campo

Com o impulso da safra agrícola, a economia brasileira surpreendeu analistas ao registrar crescimento de 1,9% no primeiro trimestre de 2023, na comparação com o quarto trimestre de 2022. É o que indicam os dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se do primeiro resultado do indicador no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A variação de 1,9% ficou acima das estimativas do mercado financeiro. Na mediana, analistas consultados pela agência Bloombeig esperavam alta de 1,3%. O avanço veio após leve recuo de 0,1% no quarto trimestre de 2022, segundo dados revisados pelo IBGE Inicialmente. a variação divulgada pelo instituto para esse período havia sido de retração de 0,2%.

O primeiro trimestre deste ano foi marcado pelas condições favoráveis de produção na agropecuária. Estimativas indicam recuo para a safra de grãos do país em 2023. Segundo o IBGE, o crescimento do **PIB** de janeiro a março foi puxado pela alta de 21,6% na agropecuária, que tem peso de aproximadamente 8% na economia do país. O avanço do setor foi o maior desde o quarto trimestre de 19%. disse o instituto. "Problemas climáticos impactaram negativamente a

agropecuária ano passado e esse ano estamos com previsão de safra recorde de soja, que representa aproximadamente 70% da lavoura no trimestre, com crescimento de mais de 24% de produção", afirmou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

"A safra da soja é concentrada no primeiro semestre do ano. Ao compararmos o quarto trimestre de um ano ruim com um primeiro trimestre bom, observamos esse crescimento expressivo da agropecuária", completou. De acordo com

a pesquisadora, em torno de 80% da alta de 1,9% do **PIB** veio da agropecuária. Ainda do lado da oferta, o setor de serviços, o principal do **PIB**, teve avanço de 0,6% no primeiro trimestre. A indústria, por sua vez, ficou estagnada, com leve variação negativa de 0.1%.

Além do estímulo da agropecuária, o período de janeiro a março também contou com a volta do Bolsa Família. O programa social substituiu o Auxílio Brasil, abrindo a possibilidade de pagamentos adicionais. Do

lado

da demanda no **PIB**, o consumo das famílias brasileiras avançou 0,2% no primeiro trimestre de 2023. Em relação ao mesmo período do ano passado, o consumo das famílias registrou alta de 3,5%. Segundo o IBGE, esse resultado foi influenciado pelo aumento na massa salarial real, pelo aumento do crédito e pela **inflação** em patamares menores.

O consumo das famílias é o principal componente do **PIB** sob a ótica da demanda -ou seja, dos gastos com bens e serviços. Res-

ponde por cerca de 60% do indicador. Parte dos analistas ainda percebeu estímulos ao **PIB** vindos do mercado de trabalho, da trégua da **inflação** e dos resquícios da saída da pandemia. Os juros altos, por outro lado, dificultaram o consumo, especialmente em atividades dependentes do crédito. Nessa lista, por exemplo, está uma parte da indústria.

Do lado da demanda no **PIB**, o consumo das famílias brasileiras avançou 0.2% no primeiro trimestre de 2023. Já os investimentos produtivos na economia brasileira, medidos pelo indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), caíram 3.4%. Segundo Palis, houve influência do aperto dos juros sobre a demanda.

PROJEÇÕES O **PIB** do primeiro trimestre não afastou as projeções de desaceleração da atividade econômica ao longo deste ano. já que os juros seguem elevados e o efeito da agropecuária tende a ficar mais concentrado no início do ano. As estimativas, contudo, começam a sinalizar uma alta maior para a atividade econômica do que a prevista inicialmente. Após o resultado do primeiro trimestre, a consultoria MB Associados, por exemplo, revisou a previsão para o **PIB** deste ano de 1,3% para 2.1%.

Já o banco Original, de modo preliminar, passou a estimar um crescimento de 1.7% em 2023. A projeção anterior era de 0,9%. Em 2022, o **PIB** cresceu 2,9% no acumulado do ano. O Banco Central (BC) vem mantendo a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano em uma tentativa de conter os preços e ancorar as expectativas para a **inflação**. O efeito colateral esperado é a perda de ritmo da atividade econômica, já que o crédito fica mais caro para empresas e consumidores.

CALCULO Produtos, serviços, aluguéis, serviços públicos, **impostos** e até contrabando. Esses são alguns dos componentes do **PIB**, calculado pelo IBGE, de acordo com padrões internacionais. O objetivo é medir a produção de bens e serviços no país em determinado período. O indicador mostra quem produz, quem consome e a renda gerada a partir dessa produção. O crescimento do **PIB** (descontada a **inflação**) é usualmente chamado de crescimento econômico. O levantamento é apresentado pela ótica da oferta (o que é produzido) e da demanda (como esses produtos e serviços são consumidos). O **PIB** trimestral é divulgado cerca de 60 dias após o fim do período em questão.

Custo de incentivo a carros não chega a R\$ 2 bi, afirma Haddad

Idiana Tomazelli

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse nesta quinta (iº) que o programa de incentivo à compra de carros foi "redesenhado", terá custo inferior a R\$ -2 bilhões e será compensado por medidas de arrecadação já aprovadas pelo presidente Lula (PT).

O tema foi discutido em reunião entre os dois na tarde desta quinta no Planalto. Os técnicos agora correm para fechar o texto da MP (medida provisória), que o governo pretende editar até segunda-feira (5).

Haddad não deu detalhes do novo desenho do programa nem disse qual será a medida de compensação. Ele afirmou apenas que o incentivo terá duração "em torno de quatro meses".

Interlocutores ouvidos pela Folha afirmam que o programa custará um valor muito próximo a R\$500 milhões. A cifra será um limite para a concessão dos incentivos. Isso significa que, se o impulso às aquisições for elevado, o programa pode se encerrar até mesmo antes dos quatro meses previstos.

A redução de **tributos** vai alcançar IPI e PIS/Cofins. O governo chegou a cogitar desonerar IOF sobre os financiamentos, mas a ideia acabou sendo deixada de lado, diante do menor espaço para as renúncias.

Em entrevista após a reunião com Lula, Haddad não citou valores nem detalhou as medidas, mas disse que sua previsão anterior, de custo abaixo de R\$ 2 bilhões, se mantém.

"Não só não chega [a R\$ 2 bilhões] como está mais do que compensado pelas medidas que eu levei ao presidente", afirmou. "Está tudo bem delimitado, e o presidente validou a fonte para financiar sem que haja nenhum descompromisso com as metas fiscais deste ano."

O corte de **tributos** federais para incentivar a compra de automóveis até R\$ 120 mil foi anunciado no dia 25 pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Os descontos nos preços finais vão variar de 1,5% a 10,96%.

O lançamento do programa, porém, foi feito sem que

os detalhes estivessem finalizados. Dentro do governo, iniciou-se uma discussão sobre o custo do benefício e como financiá-lo.

O Mdic chegou a apresentar estimativas para um programa de sete meses (até o fim do ano), com custo de até R\$ 990 milhões.

Desde a semana passada, porém, Haddad já vinha sinalizando que o benefício teria duração menor, "de três ou quatro meses".

"Redesenhamos o programa, submetemos ao presidente Lula, ele validou o programa, e agora tramita aqui no Ministério do Desenvolvimento e na Fazenda para chegar à Casa Civil", disse Haddad.

Segundo ele, os dois ministérios ficaram "bem contemplados com a solução", tanto em termos de custo e compensação quanto de estímulo ao setor.

Segmento que engloba populares cai 13,7% em maio

Eduardo Sodré

A espera pela redução de preços dos carros novos no Brasil mexeu com o ranking de mais vendidos em maio. O mercado se manteve aquecido nas primeiras semanas, mas perdeu fôlego na segunda quinzena, quando as definições sobre o retorno dos carros populares começaram a ganhar forma.

O mês terminou com 176,5 mil emplacamentos, uma alta de 9,8% na comparação com abril, que teve quatro dias úteis a menos. O número é baseado no Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores) e reúne carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões.

Os primeiros dias indicavam um resultado melhor que o atingido em maio de 2022 (187 mil unidades comercializadas), mas a espera pelo anúncio de redução tributária e as expectativas que vieram logo após o governo se pronunciar frustraram os planos da indústria. No fim, houve queda de 5,6%. Ao olhar apenas para os automóveis de passeio, o recuo é de 8,6%.

Entre os hatches compactos, categoria em que se encaixam os modelos populares, a retração é

generalizada. Entre abril e maio, o segmento registrou queda de 13,7%. Foram licenciadas 38.076 unidades no último mês, de acordo com a Jato. As perdas se concentram entre os carros de menor valor.

O Renault Kwid (R\$ 68.990) viu seus emplacamentos encolherem de 4.152 unidades para 2.722, uma diminuição de 34,4%. Já o Fiat Mobi, que é vendido pelo mesmo preço do concorrente, terminou o último mês com 4.196 licenciamentos ante 4.686 em abril (queda de 10,5%). São os carros zero mais baratos do Brasil.

Os piores dias de venda ficaram concentrados no fim do mês. A queda no período de 25 a 30 de maio, quando foram comercializadas 33.417 unidades, ficou em cerca de 30% na comparação com o mesmo período de abril.

A liderança permaneceu com a picape Fiat Strada, que teve 9.716 unidades emplacadas em maio, de acordo com a Jato Dynamics.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Com alta de 21,6%, agro puxa avanço expressivo do PIB no 1º tri

A força da agropecuária para a economia do país neste início de ano superou as expectativas mais otimistas, sustentou um crescimento além do esperado da atividade no primeiro trimestre e detonou uma onda de revisões para além de 2% nas projeções de Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2023. Componentes da demanda, como o consumo das famílias e os investimentos, por outro lado, contam uma história de menos ímpeto, destacam economistas.

É possível, segundo eles, que parte da força do agro respingue no segundo trimestre, ao mesmo tempo em que os serviços também podem sustentar alguma resiliência acima do esperado. Isso não muda a perspectiva de que a atividade deve desacelerar nos próximos trimestres em relação ao início do ano, refletindo, entre outras coisas, os juros elevados.

De janeiro a março, o **PIB** do Brasil cresceu 1,9% em relação aos três últimos meses de 2022, na série com ajuste sazonal, divulgou ontem o IBGE. O resultado ficou bem acima da expectativa mediana de 72 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor, de 1,3%. Foi também o melhor desempenho desde o crescimento de 3,4% no quarto trimestre de 2020, quando a atividade se recompunha do tombo inicial da pandemia. Em relação ao primeiro trimestre de 2022, a alta foi de 4%, ante uma mediana de 3%.

O crescimento de 1,9% foi ainda o "mais forte dos últimos 15 anos sem contar as recuperações da pandemia e da crise financeira global", nota a Capital Economics. Em uma estimativa preliminar, o economista Felipe Kotinda, do Santander, estima que a economia brasileira está, atualmente, cerca de 3,2% acima do seu potencial.

No primeiro trimestre, o **PIB** renovou o patamar recorde da série, iniciada em 1996, e está 6,4% acima do nível pré-covid - no quarto trimestre de 2022, estava 4,4% acima. A indústria é a única atividade, pelo lado da oferta, que não está no seu maior patamar da série.

Houve revisões na série do IBGE. A queda do **PIB** geral do quarto trimestre de 2022, por exemplo, melhorou de 0,2% para 0,1%.

Com o resultado do primeiro trimestre, a "herança estatística" para o **PIB** em 2023 ficou em 2,4% - ou

seja, se a economia ficar estagnada nos próximos trimestres, o ano ainda encerraria com alta de 2,4% da atividade. Diante disso economistas elevaram suas projeções de **PIB** em 2023 para um intervalo ao redor de 2% a 2,5%, chegando até a 2,6% (verna página A7).

No primeiro trimestre, o comportamento do **PIB** se descolou do desempenho dos serviços (0,6%) e do consumo das famílias (0,2%), setores que, tradicionalmente, ele costuma acompanhar por serem os com maior participação na economia pelo lado da oferta e da demanda, respectivamente.

O avanço do **PIB** colou no desempenho da agropecuária. Com peso de menos 10% na economia, o setor cresceu 21,6% no primeiro bimestre de 2023 em relação ao quarto trimestre de 2022, mais que o dobro do consenso dos analistas, de 10,3%. Foi o maior avanço entre trimestres seguidos para o segmento desde o crescimento de 23,4% do quarto trimestre de 1996. Essa foi também apenas a quinta vez na série que a agropecuária cresceu dois dígitos nessa comparação.

O agro foi impulsionado pelo crescimento da lavoura e da produtividade de culturas que possuem safra relevante no primeiro trimestre, em especial a soja, aponta relatório da LCA Consultores. Segundo Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, a soja respondeu por cerca de 70% da lavoura do trimestre.

Parte desse desempenho da agropecuária reflete também uma reversão do choque climático desfavorável que afetou a região Sul em 2022 e que levou o setor no **PIB** a recuar 1,7% no ano passado, lembra a LCA.

Considerando o **PIB** em termos de valor adicionado a preços básicos (que não leva em conta os **impostos** sobre produtos líquidos de subsídios), a agropecuária pesa pouco menos de 8% na economia, mas foi responsável por cerca de 1,5 ponto percentual da alta dessazonalizada de 1,9% do **PIB** total, calcula a consultoria.

E esses são apenas seus efeitos diretos. O agronegócio - que inclui partes da indústria e dos serviços - responde, abialmente, por quase 25% do

PIB, segundo estimativa do CEPEA/Esalq destacada pela LCA. É provável, diz a consultoria, que o desempenho tenha gerado "transbordamentos" para outros segmentos, como o de transportes-que, inclusive, subiu 1,2% e contribuiu para puxar os serviços nos três primeiros meses do ano.

A força surpreendente da agropecuária também ajuda a explicar, ao mesmo tempo, o crescimento de 23,7% (R\$ 59,8 bilhões) dos estoques ante o primeiro trimestre de 2022 - contribuindo positivamente, pelo lado da demanda, para o **PIB** do período - e a queda de 0,4% das exportações. "Grande parte da safra colhida agora ainda não foi para exportação e foi parar no estoque", explica Palis.

Mesmo com a exportação caindo, o setor externo também deu uma contribuição positiva para o **PIB** de janeiro a março porque as importações recuaram muito mais (7,1%). Já a absorção doméstica - soma do consumo, dos investimentos e dos gastos do governo - teve a primeira queda desde o segundo trimestre de 2021, com consumo e investimentos em tendência de baixa pelo quarto trimestre consecutivo, notam Cassiana Fernandez e Vinícius Moreira, economistas do J.P. Morgan.

Soma-se ao desempenho do agro a resiliência dos serviços, que cresceram 0,6%, acima da expectativa mediana de 0,3%. Registraram queda apenas "outros serviços" - que incluem atividades presenciais, como hotelaria - e serviços de informação e comunicação, categorias que cresceram com força após o choque da pandemia.

Ainda pelo lado da oferta, a indústria recuou 0,1% no primeiro trimestre do ano, em relação aos três meses imediatamente anteriores. Para o IBGE, o resultado representa virbial estabilidade, e ele também foi um pouco melhor do que a mediana que o Valor captou, de queda de 0,3%.

O destaque dado à agricultura, porém, pode esconder o fato de que os demais setores sugerem cautela nos próximos meses, alerta David Beker, chefe de economia para Brasil do Bank of America (BofA). Ele cita a queda da taxa de investimentos, para 17,7% do **PIB** no primeiro trimestre, e a alta da taxa de poupança, para 18,1% do **PIB**. "Esses números ligam uma luz amarela adiante."

A Capital Economics concorda: o crescimento relativamente concentrado do **PIB** no primeiro trimestre indica "que a economia não está tão forte quanto o impressionante aumento de 1,9% poderia sugerir".

Na visão de Palis, do IBGE, os juros altos e a menor

oferta de crédito contribuíram para inibir a indústria, a construção e, pelo lado da demanda, a formação bruta de capital fixo (FBCF), medida do que se investe em máquinas, construção e pesquisa no **PIB**. A FBCF caiu 3,4% no primeiro trimestre.

Também pela ótica da demanda, o consumo das famílias avançou 0,2% em relação ao quarto trimestre de 2022, abaixo da mediana do Valor, de 0,7%. "O agro foi muito bem, a indústria não foi tão ruim como esperávamos e serviços foi muito bem, obrigado", diz Marco Caruso, economista-chefe do Banco Original. "Mas, quando olho para a demanda, o consumo das famílias cresceu só 0,2%, apesar da massa real de salários estar crescendo e a taxa de desemprego estar caindo. Para onde está indo esse dinheiro?", questiona.

Ele se diz "matematicamente obrigado" a rever para cima sua projeção de **PIB** no ano (de 0,9% para 1,7%), mas aponta que a demanda fraca e o volume de investimentos sugerem algum tipo de moderação. "O Brasil está passando por um choque positivo de oferta: há mais produção, menos **inflação**, só que a parte vinda do campo não é permanente."

Uma "perna" do desempenho "notável" da agropecuária pode aparecer também no segundo trimestre, avalia Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclay. Além disso, alguns economistas apontam que, apesar do claro esgotamento do processo de retomada da mobilidade social, os serviços ainda podem dar uma contribuição positiva ao **PIB**, sustentados, por exemplo, por um desemprego historicamente baixo e por alguns estímulos fiscais adicionais, como o reajuste do salário mínimo desde 1 - de maio.

A contribuição dos estoques também pode diminuir no segundo trimestre, mas isso não é necessariamente negativo para o **PIB**. "A variação de estoque pode ir para exportação e, aí, continua contando positivamente. Pelos dados de abril, já vimos que aumentou bem a exportação de soja", afirma Palis.

O menor impulso da reabertura econômica, as condições monetárias e financeiras apertadas, o elevado endividamento das famílias, entre outros fatores, no entanto, "devem gerar ventos contrários à atividade após o primeiro trimestre", pondera Alberto Ramos, diretor de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs.

Pode parecer "paradoxal", como diz a MB Associados, mas o **PIB** mais forte não necessariamente muda a perspectiva de queda da taxa de juros a partir do segundo semestre, já que a supersafra ajuda na queda dos preços dos alimentos e a atividade de

serviços não está em processo de aceleração. "O **PIB** cresceu onde precisava crescer para ajudar na dinâmica inflacionária", diz a consultoria. (Alessandra Saraiva, Anais Fernandes, Lu-cianne Cameim, Marcelo Osakabe, Marsílea Gombata, Marta Watana-be, Rafael Rosas e Rafael Vazquez)

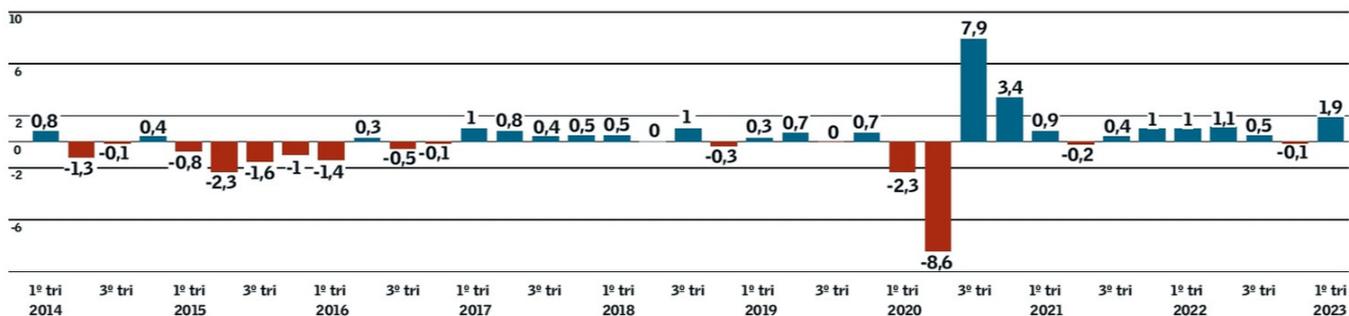
"Destaque do agro pode esconder cautela com outros setores" David Beker

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230601/>

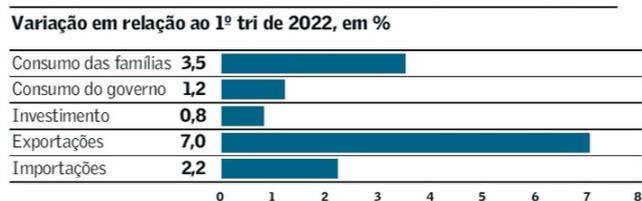
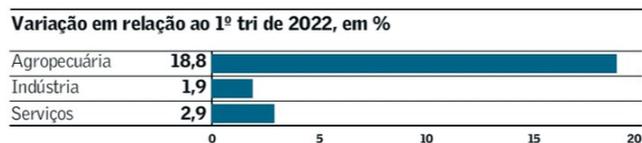
Fôlego inesperado

Puxado pela agropecuária, crescimento do primeiro trimestre fica acima do previsto

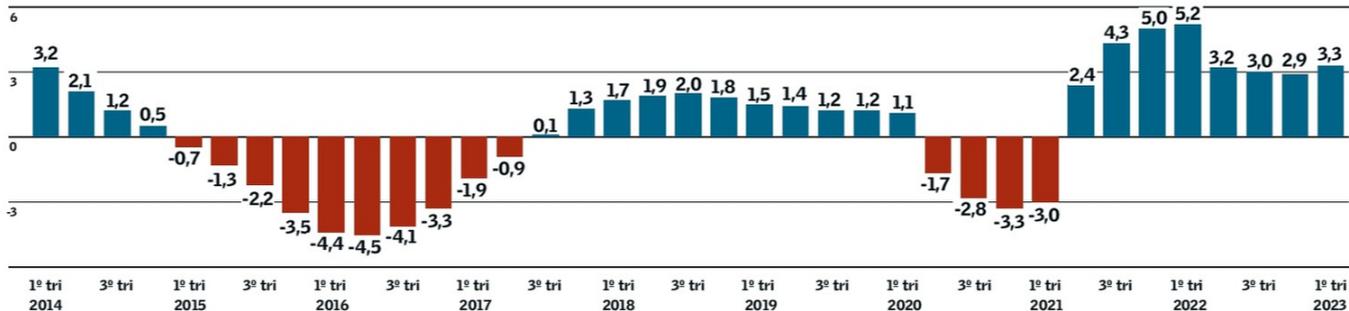
Varição do PIB no acumulado em quatro trimestres, em %



Componentes do PIB



Varição do PIB no acumulado em quatro trimestres, em %



Fonte: IBGE

Lula celebra PIB e diz que Brasil avançará mais do que o FMI prevê

Matheus Teixeira e Lucas Marchesini

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) comemorou o crescimento de 1,9% do PIB no primeiro trimestre deste ano e disse estar confiante na recuperação da economia.

Segundo ele, o Brasil está melhorando e deve crescer mais que a estimativa feita pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) para 2023.

Em abril, o órgão reduziu a perspectiva de crescimento econômico do Brasil, passando a prever uma expansão de 0,9% -bem abaixo do cenário esperado para a América Latina e Caribe.

"Eu tenho dito para o companheiro [Fernando] Haddad que a gente vai crescer mais que a estimativa que o FMI está fazendo", disse Lula nesta quinta (1º).

"Como nós recuperamos todas as nossas políticas sociais e o dinheiro começa a circular junto às pessoas mais pobres, essas pessoas vão virando consumidores, esse consumo vai gerando mais comércio, mais emprego", acrescentou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aproveitou o **PIB** acima das expectativas para dizer que o resultado comprova as projeções mais otimistas que o governo tem feito. No entanto, pediu cautela com o dado por causa do forte crescimento da agropecuária.

"Nós estamos há algum tempo dizendo que o crescimento deste ano vai bater 2%. Então está comprovando as projeções da [SPE] Secretaria de Política Econômica", disse. "Mas nós devemos ter cautela também porque o agro veio muito forte e então temos que começar a pensar em 2024."

A declaração vem na linha do que o Ministério da Fazenda divulgou mais cedo em nota. A pasta diz acreditar que o resultado do **PIB** eleva o viés positivo para projeção de 2023 -atualmente em 1,9%. Mas pondera que, para o segundo trimestre, deve haver desaceleração do crescimento do agro uma vez que o aumento da produção de grãos tem impacto maior no primeiro trimestre.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), disse esperar o **PIB** acima de 2% em 2023.

"Nós estamos com expectativa de que se nada mais crescer, mesmo assim [o **PIB** vai] chegara 2,3%, desfazendo qualquer expectativa mais pessimista que todos nós tínhamos no início do ano", avaliou.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Ninguém se entende sobre a política industrial (Editorial)

O programa de incentivo à compra de carros populares se tornou mais uma pedra no sapato do governo Lula. Buscando uma forma de reduzir os danos de uma medida que vai contra tudo que sua pasta defende na área tributária, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o plano é "tópico" e que os descontos devem durar "três ou quatro meses". Já o secretário de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Wallace Moreira, disse ao Estadão que o pacote é um "tiro de curto prazo" que duraria até um ano e "no mínimo quatro meses".

A divergência não é mero detalhe nem equívoco de uma das partes. Para o MDIC, quanto maior o prazo da proposta, maior a chance de adesão de montadoras aos seus termos. Para o Ministério da Fazenda, quanto menor a duração do plano, melhor a chance de atingir a desafiadora meta fiscal - um déficit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que a renúncia tributária deve ficar entre R\$ 500 milhões e R\$ 600 milhões, "ou um pouco mais". A falta de convicção sobre as estimativas foi uma tentativa de rebater a precisão de cálculos de especialistas, para os quais o programa terá um custo de R\$ 8 bilhões se vigorar por 12 meses.

A prioridade da Fazenda, agora, é encontrar maneiras de compensar as perdas que o plano poderá causar à arrecadação.

Entre as alternativas em estudo está a taxação das apostas esportivas, proposta que ignora o fato de que os jogos de azar nem sequer são legalizados no Brasil.

Para além das questões fiscais e operacionais mais imediatas, o governo precisará lidar com a confusão que ele mesmo criou quando decidiu anunciar o pacote do carro popular exatamente no Dia da Indústria. Agora, o MDIC expressou preocupação com a possibilidade de que esse arremedo seja confundido com o plano de reindustrialização - ou neoindustrialização - que será lançado até o fim do ano, com base nas missões definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, o antigo Conselho.

De fato, o receio não é infundado, pois o episódio é uma excelente oportunidade para observar a contradição entre o discurso e a prática do governo.

Entre os vários temas que o Conselho definiu para serem enfrentados pela política industrial estão a descarbonização da indústria, a viabilização da transição energética e a mobilidade sustentável para o bem-estar nas grandes cidades. Dias depois, em artigo publicado neste jornal, o presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin destacaram que a neoindustrialização requer iniciativa, planejamento e gestão.

"Fazer política industrial não é questão de "sim ou não, mas de como", defenderam.

Analisemos, portanto, o "como", no caso, o incentivo ao carro popular, primeira e, por enquanto, única iniciativa do governo com foco na indústria. Nada mais inadequado para o enfrentamento dos desafios listados pelo Conselho do que o incentivo ao transporte individual. Nada mais improvisado do que uma proposta anunciada sem que tenha havido sequer definição prévia sobre o prazo e o valor da renúncia fiscal. Nada mais arcaico, em oposição ao sufixo do termo neoindustrialização, do que o resgate de políticas públicas que já não deram certo no passado.

Nada mais inconsequente do que anunciar descontos e não aplicá-los imediatamente - os consumidores adiaram a compra do carro novo à espera do tal desconto, e as vendas despencaram.

E assim o governo criou uma armadilha para si mesmo e para sua ambiciosa política industrial. Foram dadas as condições para que toda a cadeia automotiva, inclusive fabricantes de caminhões, obtenha a extensão do prazo e ainda mais vantagens para aderir ao programa. Com a porteira aberta pelo próprio Palácio do Planalto, é questão de tempo para que o restante da indústria faça fila nos gabinetes de Brasília em busca de benefícios semelhantes.

Com que moral o governo poderá rejeitar esses pedidos? Se é assim que o Executivo pretende reverter a desindustrialização, já é possível antever os resultados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Especialistas já preveem expansão de mais de 2% no ano

(Carolina Na-in e Cássia Almeida)

Em meio ao salto da agropecuária, a alta de 1,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro trimestre do ano surpreendeu analistas e levou a um movimento de revisões para o crescimento da economia em 2023. Estimativas agora apontam para alta acima de 2% no ano, ante projeções anteriores de 1% a 1,8%.

A principal justificativa dos economistas é a "herança estatística", na prática, o impacto positivo causado pela alta de janeiro a março nos próximos trimestres. Se o **PIB** não avançasse ao longo do ano, o resultado divulgado ontem já garantiria um crescimento acima de 2% em 2023. Especialistas esperam ainda um impulso adicional da agropecuária, dos serviços e do consumo das famílias.

Se as projeções se confirmarem, será um crescimento mais próximo ao observado no ano passado, quando a economia avançou 2,9%. Foi a segunda alta após o baque de 2020, quando o **PIB** despencou 3,3% em razão da crise causada pela pandemia.

O banco Goldman Sachs tem a previsão mais otimista: a projeção passou de 1,75% para 2,6%. Segundo Alberto Ramos, diretor do Departamento de Pesquisa Econômica para a América Latina, a atividade se beneficiará tanto das transferências de renda do governo para famílias de baixa renda, quanto do mercado de trabalho, que segue com aumento na ocupação no setor de serviços. Outro fator é a perspectiva favorável para os preços dos alimentos diante da maior oferta de produtos agrícolas com a safra recorde.

O Credit Suisse, que revisou a projeção do **PIB** de 1,3% para 2,1%, ressaltou que o crescimento acima do esperado no primeiro trimestre impulsionou serviços relacionados à atividade, como transporte e armazenagem. Segundo os economistas Solange Srour, Rafael Castilho e Francisco Lima Filho, que assinam o relatório, a supersafra deverá seguir contribuindo com as demais atividades no ano.

Apesar do crescimento das expectativas, economistas ressaltam a perspectiva de desaceleração da atividade econômica ao longo do ano. Por isso, há contrapesos nessa balança.

Felipe Kotinda, economista do Santander, explica que o resultado do primeiro trimestre implica um herança estatística de 2,4% para 2023, e resalta que o resultado positivo do setor agrícola deve ter impacto nas próximas leituras. Ainda assim, vê efeitos negativos que pesam no cenário: "Ainda acreditamos que a dinâmica apresentada desde o quarto trimestre de 2022 evidencia que as condições financeiras estão sufocando as atividades cíclicas, e as perspectivas permanecem desafiadoras em meio a uma política restritiva do Banco Central e uma esperada desaceleração do crescimento global", escreveu, em comentário.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PROJEÇÕES MAIORES

	ANTES	DEPOIS
MB Associados	1,3%	2,1%
Kinitro Capital	1,8%	2,5%
Credit Suisse	1,3%	2,1%
Genial	1%	1,6%
Goldman Sachs	1,75%	2,6%
Armor Capital	1,6%	2,4%
J.P. Morgan	1,7%	2,4%
Tendências Consultoria	1,4%	2%

Itaú e Santander avisaram que vão revisar suas previsões para cima

Ministra espera redução da taxa Selic em agosto

Integrantes do governo federal não escondem que esperam do Banco Central a redução da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, após a aprovação final do arcabouço fiscal. Entre as justificativas do Comitê de Política Monetária (Copom) para o atual patamar de juros estão a **inflação** ainda acima da meta de 3,25% -com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, há um intervalo de 1,75% a 4,75% - neste ano e a falta de previsibilidade nas contas públicas.

Durante o debate do "E agora, Brasil?", nesta quinta-feira (10), o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, destacou a reação positiva do mercado financeiro à aprovação da nova âncora fiscal pela Câmara dos Deputados. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que espera uma redução de ao menos 0,25 ponto percentual na Selic na reunião de agosto do Copom no BC, para 13,50%. Com a expectativa de ter o arcabouço aprovado no Senado nos próximos dias e com indicadores como o de **inflação** mostrando melhora - a nova previsão dos analistas é que o IPCA, o índice oficial de preços do país, termine o ano em 5,71 %, segundo o último Boletim Focus, contra 6,05% há quatro semanas -, Tebet diagnosticou um cenário macroeconômico distante do de agosto de 2022, quando o BC elevou a Selic a 13,75%.

"Não há justificativa para, no segundo semestre, já em agosto, não sinalizar queda de ao menos 0,25, a não ser que haja algum fato excepcional", disse a ministra.

Tebet frisou que é favorável à autonomia do BC, cujo projeto apoiou como senadora, mas ressaltou que cabe ao governo apresentar as condições para que a autoridade monetária atue sem sacrificara economia. Ela citou a expectativa de que o **PIB** cresça 1,9% em 2023 e até 2,4% em 2024.

Galípolo acrescentou que bancos e analistas de mercado vêm revisando para cima previsões de crescimento da economia brasileira sem elevar as de

inflação. No entanto, assim como Tebet, evitou falar sobre a possibilidade de mudanças no atual regime de metas de **inflação**. À espera da confirmação no Senado de sua indicação para a Diretoria de Política Monetária do BC, ele ponderou que faz parte do cotidiano da equipe econômica debater "atualizações"

de políticas públicas "à luz das melhores práticas internacionais".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, têm falado sobre diferenças do regime de metas do Brasil em relação aos de outros países, como o período estipulado para o alcance do objetivo. O regime é definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que reúne neste mês seus três integrantes: Haddad, Campos Neto e Tebet. A ministra disse que, até agora, alterar metas não está em pauta.

"Ficou uma sensação, que não reflete a realidade, de que existiria um debate casuístico ou oportunista olhando a discussão sobre como funciona nosso sistema de metas a partir da ótica de um resultado específico que se possa desejar. Não é disso que se trata", disse Galípolo, ressaltando a complexidade do Brasil em relação a outros países.

O secretário-executivo disse que é "pouco desejável" a desarmonia entre política monetária e fiscal e observou que, em governos de diferentes matizes ideológicas, muitas vezes os juros caminham em sentido oposto ao da gestão das contas públicas, "de maneira compensatória".

"Isso está associado à particularidade da economia brasileira. Dizer que isso gera um jogo de soma zero seria pouco. É pior. A metáfora é como se eu estivesse num cavalo e, de um lado, dá-se várias voltas na rédea para segurá-lo enquanto, do outro, resolve-se chicoteá-lo para ver se ele corre. Não vai dar um bom resultado", afirmou.

Segundo Galípolo, a intenção de Haddad é criar um ambiente de diálogo. " O presidente do BC vem dizendo que a única solução para o país é crescer mais. Precisamos trabalhar reformas como a tributária, em temas que permitam ao país crescer mais", disse o secretário. (MW)

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230601/>